

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Nuna Hickmann Gressler

**DIVERSIDADE EM SALA DE AULA: CORPOS DISSIDENTES NA ÁREA DA
EDUCAÇÃO**

Florianópolis, SC

2023

Nuna Hickmann Gressler

**DIVERSIDADE EM SALA DE AULA: CORPOS DISSIDENTES NA ÁREA DA
EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa Dra. Maria Regina de Avila Moreira

Florianópolis

2023

GRESSLER, NUNA HICKMANN

DIVERSIDADE EM SALA DE AULA : CORPOS DISSIDENTES NA ÁREA DA
EDUCAÇÃO / NUNA HICKMANN GRESSLER ; orientadora, Maria Regina de
Avila Moreira , 2023.

74 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em
Serviço Social, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. pedagogia engajada. 3. diversidade. 4.
dissidência de gênero. I. Moreira , Maria Regina de Avila. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço
Social. III. Título.

Nuna Hickmann Gressler

DIVERSIDADE EM SALA DE AULA: CORPOS DISSIDENTES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso Serviço Social.

Florianópolis, 21 de novembro de 2023.



Documento assinado digitalmente
Heloisa Teles
Data: 27/11/2023 14:04:00-0300
CPF: ***.314.250-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do Curso

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente
MARIA REGINA DE AVILA MOREIRA
Data: 27/11/2023 08:37:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Maria Regina De Avila Moreira, Dr.(a) Orientadora



Documento assinado digitalmente
Heloisa Teles
Data: 27/11/2023 14:03:45-0300
CPF: ***.314.250-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Heloisa Teles, Dr.(a)

Instituição UFSC

JUNO

Assinado de forma
eletrônica por JUNO

9 50118:08135

Data: 2023.11.27

5

22:05:08

6

Juno Nedel

Instituição UFSC

Florianópolis, 2023.

Dedico esse trabalho a minha mãe por sempre me incentivar a questionar a realidade e a confrontar as regras.

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a todas as gerações de pessoas dissidentes de gênero e de sexualidade que vieram antes e construíram movimentos e estratégias de resistência.

Aos amigos Be e Juno, agradeço pelo incentivo com relação a produção deste trabalho. E também por serem grandes referências na minha vida, que me fortalecem pelo afeto e pelo compartilhamento das nossas vivências, angústias e conquistas.

A Le eu agradeço pela parceria e companheirismo ao longo dos vários anos em que vivemos juntos, pela importância da sua presença e do seu afeto nos momentos mais caóticos e também nos mais bonitos.

Agradeço a minha família, meus três irmãos, minha mãe e meu padrasto, por acreditarem no meu potencial e enfrentarem comigo uma sociedade preconceituosa e as violências que atravessam a criação de uma pessoa dissidente de gênero, especialmente durante a minha infância e adolescência.

Agradeço a toda a equipe da Coordenadoria de Estágios do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, local onde realizei o período de estágios obrigatórios. Principalmente a Marjori, minha supervisora e amiga, a qual eu agradeço pelos conhecimentos trocados, pela oportunidade e carinho.

As minhas amigas Fabi, Ana, Cynthia, Gerli, Laine, e Mirela, agradeço por terem me defendido em situações em que sozinho eu não fui forte o suficiente para me defender. A força e a presença de vocês me ajudaram a continuar firme para que hoje seja possível concluir o curso.

Agradeço também a todas as pessoas da área da educação comprometidas com o ensino como uma prática de liberdade, que buscam alternativas para construir uma educação mais inclusiva, respeitando a pluralidade das pessoas e das identidades em sua atuação dentro e fora da sala de aula.

APRESENTAÇÃO

Hoje com 26 anos, percebo como as experiências em sala de aula acumuladas ao longo da vida impactam na forma como nos comunicamos e nos vemos. Como filho e neto de professoras, sempre estive próximo dos debates da área da educação e presente em espaços escolares. Por isso, observei com curiosidade as regras e os limites que eram estabelecidos por professoras/es e cumpridos, ou não, por estudantes. Apesar de ter nascido no interior, onde o debate da diversidade e da educação respeitosa não era muito presente, tive o privilégio de ter uma mãe leitora e de ouvir pela primeira vez o nome de Paulo Freire dentro da minha própria casa.

Sendo uma criança dissidente das normas de gênero nas quais me socializaram, como consequência aprendi cedo sobre não pertencimento. Durante meus anos escolares, nunca tive nesses espaços referências positivas de pessoas parecidas comigo. Por outro lado, as referências existentes na mídia, que eram citadas de forma cômica e depreciativa na escola, também não contribuíram para uma imagem positiva da minha própria identidade, pelo contrário: essas referências me ensinaram o significado do que é visto como depreciativo dentro da sociedade.

Ao longo do meu crescimento, e também por conta do desenvolvimento dos afetos durante a adolescência, o meu lugar de não pertencimento se tornou coletivo quando encontrei outras pessoas com experiências além da cis-heteronormatividade. A partir desse momento, houve uma mudança na minha autoimagem, pois, convivendo com outros referenciais, passei a ver a possibilidade de também ocupar e permanecer em espaços de ensino. Em outras palavras, o convívio e a presença de outras pessoas gênero dissidentes foi um fator determinante na minha permanência na Universidade.

Escrevo esse trabalho sobretudo por acreditar na educação como uma prática de liberdade e de valorização da diversidade, mas também pela minha versão infantil e por todas as pessoas que não tiveram referenciais positivos de identidade com as quais pudessem se identificar. Escrevo para que seja possível que as próximas gerações tenham esse referencial, mas não apenas isso: que tenham o respeito e o acolhimento que toda a diversidade merece.

É sempre mais difícil ancorar um navio no espaço.
(Ana Cristina César, 1979)

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo compreender e problematizar as dificuldades experienciadas por pessoas dissidentes de gênero e de sexualidade nos espaços de educação. Para abordar a relação entre diversidade e ensino, trabalhamos com o conceito de pedagogia engajada, elaborado por hooks a partir do trabalho de Paulo Freire. Nesse sentido, compreendemos a educação sob o princípio de liberdade, onde a valorização da diversidade é um ponto fundamental para evitar a evasão escolar da população LGBTQINAP+. Ainda, como resultado do desenvolvimento deste trabalho, são apresentadas algumas propostas a fim de contribuir com o enfrentamento do preconceito no contexto de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: pedagogia engajada; diversidade; dissidência de gênero.

ABSTRACT

This monograph aims to understand and problematize the difficulties experienced by gender and sexuality dissidents individuals in educational spaces. To address the relationship between diversity and education, we dialogue with the concept of engaged pedagogy, developed by hooks based on the work of Paulo Freire. In this sense, we understand education under the principle of freedom, where valuing diversity is a fundamental point in preventing the LGBTQINAP+ population from dropping out. Also, as a result of the development of this work, some proposals are presented in order to contribute to tackling prejudice in learning contexts.

Keywords: engaged pedagogy; diversity; gender nonconformity.

LISTA DE SIGLAS

ANTRA - Associação Nacional de Transsexuais e Travestis

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CFM – Conselho Federal de Medicina

CRESS - Conselho Estadual de Serviço Social

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mudando a referência	37
Imagem 2 - Memória	45
Imagem 3 - Reação	54
Imagem 4 - Bagagem emocional	58
Imagem 5 - Saída coletiva	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2. AS NARRATIVAS LEGITIMADAS E OS ESPAÇOS DE ENSINO	25
3. A DIVERSIDADE HISTÓRIA E ATUALIDADE	37
3.1 CONTRASSEXUALIDADE	45
4. CULTURA, LINGUAGEM, IMAGEM E MUDANÇA	48
4.1 O DESAFIO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	54
4.2 MICRO REVOLUÇÕES POSSÍVEIS	58
5. CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS	71
ANEXO I: GLOSSÁRIO DE TERMOS	73

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso aborda a presença de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade nos espaços de acesso à educação. Serão tratados aqui diversos marcadores sociais que dão legitimidade à fala e a presença das pessoas em espaços de ensino e aprendizagem, bem como os desdobramentos advindos da existência dessas pessoas durante a ocupação desses espaços. Em acordo com essas temáticas, também será trabalhada a relevância da defesa da diversidade no âmbito do Serviço Social, especialmente nos espaços acadêmicos e de formação profissional.

Abordaremos questões referentes à teoria *queer*, perpassando por autoras/es como Judith Judith Butler e Michel Foucault, e posteriormente abordando a *contrassexualidade* proposta por Paul Preciado em *O Manifesto Contrassexual*. A partir disso, trabalharemos conceitos que são importantes para a compreensão da existência e da pluralidade presente na dissidência de gênero e de sexualidade. Serão abordados, também, alguns dos movimentos teórico-políticos que reivindicam a integração e reconhecimento das identidades de gênero e sexualidade dissidentes.

A existência de pessoas gênero-dissidentes, na grande maioria dos contextos sociais pesquisados e nas referências encontradas, é atravessada por preconceitos cotidianos. Tais preconceitos se desdobram em diversos aspectos da vida social, política e jurídica, gerando impactos no acesso à educação. Com relação às práticas de ensino e ao desenvolvimento do pensamento crítico, utilizaremos bell hooks e Paulo Freire como principais referências na defesa da educação como uma prática de liberdade, onde a valorização da diversidade é necessária.

É importante ressaltar, aqui, que o desenvolvimento dessa pesquisa não tem caráter identitarista¹ e não propõe reflexões a partir de perspectivas individuais,

¹ Os estudos de gênero e as epistemologias trans, bem como o feminismo negro e o transfeminismo, são frequentemente acusados de promover uma análise identitarista das relações sociais. Essas acusações falham em reconhecer que a branquitude e a cisgeneridade também são identidades, mas geralmente não se marcam como tal, construindo-se discursivamente como modos neutros e universais de perceber o mundo. Há inúmeros trabalhos que discutem essa questão, como o livro de Leticia Lanz (2021), de Djamila Ribeiro (2018), entre outros.

mas expõe a necessidade de analisarmos situações e posturas específicas que impactam coletivamente na vida de pessoas dissidentes nos espaços de acesso à educação. Nesse sentido, reforço que as discussões sobre representatividade abordadas no desenvolvimento desse texto, não se referem exclusivamente à ocupação dos espaços de ensino por sujeitos dissidentes de gênero. Mas, também, busca a transformação destes espaços e a construção de um novo imaginário sobre estas identidades. De maneira mais específica, trataremos das necessidades das pessoas trans nos espaços de ensino, ressaltando a importância da compreensão sobre essas identidades na tarefa de pautar possíveis mudanças nas práticas educacionais com a finalidade de incorporar as demandas que estes indivíduos têm em relação às instituições de ensino e a sociedade como um todo. As micro revoluções possíveis, aquelas feitas a partir do cotidiano, podem ser, de certa forma, uma chave para movimentações maiores e mudanças estruturais. Afinal, as práticas palpáveis são as que dão significado ao debate teórico e, sem elas, o mesmo se esvazia de significado.

A fim de contextualizar e promover uma leitura informada deste trabalho, iremos elucidar e descrever determinados termos que são utilizados com recorrência ao longo do desenvolvimento do texto. Caso surjam dúvidas por parte das pessoas que realizam a leitura desse documento, o glossário de termos poderá ser consultado nas últimas páginas deste trabalho. Dentre as definições mais utilizadas, podemos ressaltar, previamente, o termo *transgênero*, que designa as pessoas *trans*. O termo *transgênero* faz referência aos indivíduos integrantes de um grupo de identidades diversificado e amplo, ao qual pertencem as pessoas cujo as identidades de gênero diferem das que lhes foram atribuídas durante a gestação, ou no momento do nascimento. O termo “*cisgênero*”, por outro lado, se refere às pessoas que têm a identidade de gênero correspondente àquela que foi atribuída durante o processo de gestação, ou no nascimento.

Partindo destes princípios, podemos apontar aqui a cisgeneridade, não apenas como uma categoria de análise mas, também, como uma normativa social. Nesse sentido, a cisgeneridade faz parte de um sistema através do qual os corpos são hierarquizados e validados conforme o alinhamento (ou dissidência) com as expectativas de gênero. Nesse contexto, os corpos que correspondem a essas

expectativas de gênero são socialmente legitimados e, conseqüentemente, ocorre a deslegitimação de experiências de gênero dissidentes.

A partir da introdução desses termos, é importante reforçar que a sujeição de pessoas dissidentes de gênero a um regime de cisgeneridade tem como consequência fatores de marginalização e exclusão em diversas esferas da vida. Essa marginalização não ocorre apenas em contextos institucionais e de socialização, mas também, nas relações familiares. São grandes os índices de abandono escolar que acompanham a população trans, como podemos ver nos dados da pesquisa realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transsexuais, a ANTRA. Segundo a pesquisa, cerca de 70% das pessoas trans não concluíram o ensino médio, fator esse que influencia no baixo índice de acesso ao ensino superior, que é de 0,02%².

Analisando esses índices envolvendo o acesso da população trans à educação e aos espaços de produção de conhecimento, é possível perceber como a cisgeneridade se instaura como um marcador social que define as possibilidades materiais de acesso aos direitos. Para a maioria das pessoas trans, a educação básica ou o ensino superior acabam se tornando um impasse e a exclusão destes espaços, conseqüentemente, acaba por impactar negativamente o acesso das pessoas trans à cidadania.

Esta pesquisa busca explorar os diversos fatores que cerceiam a inclusão e, principalmente, a permanência de estudantes trans nos espaços de ensino. A partir da exposição destes fatores, serão discutidas de forma propositiva uma série de transformações necessárias no campo da educação a fim de acolher as identidades trans no contexto educacional. Estas transformações abrangem, também, a promoção de uma educação voltada para o respeito e para a valorização da diversidade nessa área e na concepção de aspectos didático pedagógicos com esta finalidade no cotidiano educacional.

Assim, o tema escolhido para o desenvolvimento deste trabalho são os impactos do ambiente de ensino e aprendizagem na vida e na permanência escolar

² Nota da ANTRA sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans, ANTRA,2020disponível em <antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-univeridades-pessoas-tran/> Acesso em 13/10/2023.

de pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Para compreender melhor esse assunto, apresentaremos aqui questões relacionadas a posições hierárquicas nos espaços acadêmicos, e a construção da legitimidade dos sujeitos, que são tratadas como mais ou menos verdadeiras nesse meio. Abordaremos também impactos da violência institucional que atravessa a estrutura da universidade, respingando diretamente na falta de planejamento para receber e manter pessoas trans nesse ambiente.

Como continuidade da pauta sobre a permanência e as vivências universitárias das pessoas trans, iremos concluir esse projeto indicando a educação libertária e respeitosa como um caminho para a construção de uma Universidade que não apenas fala de inclusão mas que seja, de fato, inclusiva em suas práticas. E que, através da inclusão, se torne capaz de potencializar ideias e existências plurais no desenvolvimento de narrativas e perspectivas dialéticas de construção de conhecimento.

Ao longo da pesquisa e utilizando como base referências bibliográficas que expõem algumas vivências universitárias já publicadas, muitas vezes sofremos o atravessamento de diversos esquemas hierárquicos. Estes paradigmas são muito particulares de cada ambiente e contexto da educação. Mas em todas as instâncias, esses esquemas afetam a maneira como ensinamos, aprendemos e, também, nos coloca em um lugar social específico independentemente de estarmos confortáveis ou não em ocupá-lo. Um exemplo disso é como ainda hoje a presença da comunidade LGBTQIAPN+ nas ruas e em diversos outros espaços ainda é uma questão que incomoda muita gente. Podemos observar este dado a partir da PL 8854/2017³, da Câmara Federal, proposta pela bancada fundamentalista. A proposta de lei que reflete a opinião conservadora de parte da sociedade brasileira, visa criminalizar as manifestações pelos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ a partir da proibição de eventos como a Parada do Orgulho e outras manifestações populares.

O livro de João Silvério Trevisan, intitulado *Devassos no Paraíso*, publicado em 2018, apresenta diversos dados (ou em alguns casos a falta significativa destes dados) em relação à comunidade LGBTQIAPN+. Mesmo atualmente, o único

³ A PL 8854/2017 torna hediondo o crime de desrespeito às crenças e símbolos religiosos.

levantamento estatístico disponível a respeito do assassinato de pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ é um relato postado anualmente pelo Grupo Gay da Bahia, que existe desde a década de oitenta. Nesse contexto são utilizados apenas dados em que homofobia ou a transfobia foram colocados como causa de morte, e nesse caso, é importante pautar a diferença entre os índices de assassinato de pessoas negras, que é muito superior ao de pessoas brancas.

Em 2017 o grupo expôs um crescimento de casos comparado ao ano anterior, de 277 assassinatos em 2016 para 343 casos naquele ano. Este crescimento pode ser analisado sob a perspectiva da ampliação de uma onda conservadora na sociedade brasileira. Partindo desses dados, a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Interssexuais considera o nosso país como o que mais mata pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ em toda América (Trevisan, 2018, p.485).

Outro dado extremamente importante, que envolve a homofobia no ambiente escolar Brasileiro das últimas décadas, é a pesquisa realizada pela Unesco em 2004. O levantamento cobriu 241 instituições públicas e privadas de ensino em diversas capitais brasileiras. O estudo apontou que 39.6% dos estudantes entrevistados não gostariam de conviver com uma pessoa homossexual dentro da sala de aula. Enquanto 35.2% dos responsáveis por essas crianças e adolescentes também colocaram que não gostariam que seus filhos convivessem com homossexuais nos espaços de ensino. E, ainda, 60% dos professores que foram consultados durante a pesquisa afirmaram que não se sentem aptos para “lidar” com a diversidade dentro do espaço da sala de aula (Trevisan, 2018 p.485).

Devassos no Paraíso também nos apresenta uma pesquisa realizada em 2009 pela Fundação Perseu Abramo, na qual consta que 92% das pessoas participantes afirmaram que existe preconceito contra indivíduos da comunidade LGBTQIAPN+. Enquanto 28% dos indivíduos entrevistados se autodeclararam como “anti-homossexuais”. A partir disso, foi constatada uma percentagem crescente de preconceito anti pessoas LGBTQIAPN+ que é estimada em cerca de cinco vezes maior do que o crescimento de índices de preconceito com questões raciais e de violência etarista, verificadas na mesma pesquisa (Trevisan, 2018, p.486).

Outro caso trazido pelo livro é a história de um adolescente de Fortaleza, que em 2016 foi estuprado por cinco colegas dentro do ambiente escolar. Ao relatar a violência sexual para a professora responsável, o mesmo foi expulso de sala de aula. Além disso, em 2017, foi relatado o caso de uma estudante que, durante a sua transição de gênero, foi impedida de usar o banheiro no ambiente escolar e de renovar a sua matrícula na instituição de ensino que frequentava desde os onze anos de idade⁴. Nesse caso, os responsáveis legais da estudante foram atacados de diversas formas nas redes sociais por se posicionarem em defesa dos direitos da filha. (Trevisan, 2018 p.486).

Quando se trata das vivências dissidentes no espaço acadêmico e de ensino, para muitas pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ o sentimento, ainda hoje, é de inadequação ou de exclusão. Nesse sentido, a maioria das experiências dentro das salas de aula ainda parte de uma visão exclusivamente cisheterocentrada e branca da sociedade brasileira. A questão aqui, nitidamente, não é excluir as vivências das pessoas dentro da cisheteronorma, mas sim, de incluir vivências dissidentes. Desta forma, possibilitando que pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ também se sintam pertencentes e incluídas durante a permanência em espaços de ensino. Essa demanda por inclusão vai além da presença de pessoas dissidentes de gênero enquanto objetos de estudo mas, também, busca valorizar as contribuições destas enquanto pesquisadoras/es e agentes de produção de conhecimento acerca de suas próprias realidades.

No que se refere ao Serviço Social, o código de ética profissional, previsto pela Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão, dispõe em seus princípios fundamentais diversos pontos que serão abordados aqui. Dentre eles, está a defesa dos Direitos Humanos e a recusa para com o autoritarismo; a ampliação da cidadania; a defesa da democracia; o posicionamento em favor da equidade e da justiça social e o empenho para a eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade e a participação de grupos socialmente discriminados. Além disso, o código também prevê que o projeto profissional seja vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem

⁴ Esses relatos foram retirados do livro *Devassos no Paraíso*, de João Silvério Trevisan, publicado em 2018, na página 486.

dominação, exploração de classe, etnia e gênero. Portanto, assistentes sociais não devem, durante o exercício profissional, discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade, ou condição física. O conhecimento sobre essas áreas deve ser abordado tanto durante os processos de formação acadêmica, quanto posteriormente na vida profissional.

Com o objetivo de voltar o nosso olhar para dimensões mais profundas da vida das pessoas dissidentes de gênero e dos desafios passados por estas no acesso e permanência nos espaços de educação, vamos abordar a importância do respeito à diversidade em sala de aula. Assim como os impactos da educação na vida de pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ antes e depois de ingressar na universidade. O acúmulo de “micro violências” cotidianas tem impactos na vida escolar e no aprendizado de pessoas dissidentes de gênero desde a primeira infância. Essas violências se desenvolvem, fazendo com que estes indivíduos muitas vezes não se enxerguem ocupando determinados espaços de ensino.

Embora estejamos abordando questões importantes de uma maneira abrangente, é crucial destacar o sofrimento que se instaura no cotidiano através de *micro violências*. Ou seja, de situações de desconforto que resultam da tentativa de sentir-se incluído em espaços onde a realidade vivida por estas pessoas nunca é representada. E, ainda, nos casos em que é representada, esta realidade sempre está associada à narrativas de violência, índices de assassinato ou de maneira estereotipada e homogeneizante. Nesse sentido, pesquisar a respeito das vivências dos corpos dissidentes de gênero e do sentimento da falta de pertencimento em espaços de ensino, também é uma forma de buscar a transformação dessa realidade.

Registrar as narrativas das pessoas LGBTQIAPN+ na atualidade nos permite realizar um movimento transformador em direção a um futuro no qual os espaços de educação estarão mais preparados para acolher pessoas gênero-diversas, tanto no aspecto burocrático como nas práticas de ensino. E, desta forma, ampliando o acesso das pessoas trans ao ensino e, conseqüentemente, aos seus direitos. Abordar a diversidade e o respeito em sala de aula não é apenas uma

tarefa em relação a atualidade das pessoas LGBTQIAPN+ mas, também, um projeto de futuro em andamento a fim de permitir que as próximas gerações de pessoas dissidentes gênero possam se sentir pertencentes, ou ao menos incluídas, ao acessarem as escolas e universidades. Esta tarefa constitui também um compromisso retrospectivo em relação àquelas pessoas gênero-diversas que lutaram ativamente para que a comunidade LGBTQIAPN+ pudesse existir e que, muitas vezes, partiram sem que suas demandas por cidadania pudessem ser alcançadas.

Este trabalho pretende trazer reflexões e apontar algumas incoerências acerca dos discursos sobre inclusão de identidades de gênero diversas nos espaços de ensino. Busca, desta forma, contribuir com a criação de estratégias para o enfrentamento do preconceito dentro da sala de aula, e nos demais espaços de socialização de conhecimento. O desenvolvimento de pesquisas acerca desta temática, por sua vez, poderá auxiliar na reformulação das políticas de inclusão e posturas internas das instituições de ensino. E, assim, poderá refletir no crescimento dos índices de permanência observados na comunidade LGBTQIAPN+. É urgente repensarmos a forma como estudantes veem as suas narrativas em sala de aula: como são suas representações e como isso afeta na maneira como se enxergam dentro dos espaços de ensino. É, a partir dessa modificação nos padrões estruturais da produção e legitimação do conhecimento, que poderemos avançar em direção a uma universidade verdadeiramente inclusiva e respeitosa. Uma universidade na qual as pessoas desistentes de gênero consigam enxergar sua própria importância e produzir cada vez mais discussões acerca de suas realidades, não mais na posição de pessoas estudadas e descritas a partir de perspectivas dominadoras ou exclusivamente cisgêneras.

Com relação ao Serviço Social, é importante lembrar que a profissão, assim como as práticas profissionais, surgiram através da Igreja Católica, como é abordado no livro de Manuel Manrique Castro, sobre o Serviço Social na América Latina. E, por esse motivo, o mesmo esteve muito atrelado às práticas filantrópicas, com viés religioso. Isso promoveu a criação de uma imagem acerca dessa categoria profissional relacionada à “prática da caridade”, diretamente ligadas a discursos

moralistas. Nestes discursos, as pessoas eram culpabilizadas pela própria condição de pobreza e marginalização.

Com relação a esse período inicial da profissão, podemos observar a ausência de reflexões críticas sobre as causas da pobreza e, em contraste com isso, uma crescente de manifestações populares da classe trabalhadora reivindicando melhores condições de trabalho e de vida. Como podemos ver através do trabalho de Manuel Manrique Castro, na obra *História do Serviço Social na América Latina*, que teve sua primeira versão em 1982, a burguesia enquanto classe dominante, se sentiu ameaçada pelas crescentes manifestações populares e, juntamente do Estado, procurou uma maneira de se proteger das revoltas de classe que os ameaçavam e que poderiam atrapalhar a ordem social vigente. Pautando a necessidade de diminuir as manifestações e os conflitos de classe, dessa união entre Estado e burguesia, surgiu a profissionalização do Serviço Social cujo objetivo era de apaziguar as expressões de revolta em relação às questões sociais.

Em sua gênese, as escolas de Serviço Social, possuíam grande vínculo com as igrejas e a formação dos profissionais era voltada, exclusivamente, às mulheres cisgêneras que pertenciam a famílias tradicionais. Nestas instituições de ensino, eram desenvolvidos princípios como a caridade e o moralismo. A partir disso, podemos ver como o Serviço Social se constituiu a partir de uma ótica conservadora, que era refletida tanto nos tópicos envolvendo direitos sexuais, quanto às questões vinculadas à expressão de gênero e sexualidade. Posteriormente, durante as décadas de 1960 e 1970, a profissão iniciou o movimento de renovação. A fim de alterar o modo tradicionalista com que a profissão era desempenhada e, desta forma, questionando as práticas moralistas que até então regiam o código de ética da profissão. A partir disso, a categoria iniciou o processo de busca por uma ruptura com o conservadorismo, marcada pelo Congresso da Virada⁵ pela inserção profissional em outros setores sociais e pela inserção dos assistentes sociais na formulação e execução de políticas públicas. Em 1986 foi criado o primeiro código de ética profissional, outro marco importante na vinculação da profissão à defesa da

⁵ O Congresso da Virada é o nome pelo qual ficou conhecido o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais que ocorreu de 23 a 28 de Setembro de 1979. Esse evento marcou para a profissão o rompimento com o conservadorismo e a afirmação do compromisso com a classe trabalhadora.

classe trabalhadora e no compromisso com o rompimento de todas as formas de discriminação.

Contrapondo inúmeros avanços e lutas ao longo da trajetória do Serviço Social, ainda observamos situações, em espaços de ensino, nos quais pessoas em formação, que logo serão profissionais podem não compreender os limites entre crenças pessoais e práticas profissionais. Esse tipo de abordagem, reflete em uma atuação que pode vir a ser feita através de uma perspectiva moralizadora. Levando isso em consideração, é preciso reforçar a importância da participação dos estudantes do Curso de Serviço Social em espaços que debatam a diversidade, capacitando-os para o enfrentamento dos preconceitos durante o futuro exercício profissional.

Em conformidade com isso, abordaremos a seguir alguns pontos que expõem a necessidade de realizarmos um exercício profissional que respeite a diversidade de sexualidade e identidade de gênero. Dentre estes pontos, se encontra o fato de que a discussão sobre esses temas não deve ser particularizada. Afinal, esse é um debate que deve ser feito através de uma perspectiva que leve em consideração a pluralidade dos indivíduos que atuam enquanto Assistentes Sociais. Outro ponto importante é que o debate sobre a diversidade de gênero e sexual faz parte de uma discussão mais ampla acerca dos direitos humanos e que integra as políticas públicas e os espaços de atuação sócio-ocupacionais de atuação do Serviço Social. Além disso, é importante levar em consideração que as identidades gênero-dissidentes estão amplamente representadas nos contextos de desigualdade no acesso aos direitos.

No que diz respeito à transsexualidade e a comunidade LGBTQIAPN+ como um todo, o Serviço Social reafirma através de diversas resoluções entre elas a resolução CFM nº2.265/2019, que trata do cuidados específico com pessoas com incongruência de gênero, ou transgêneros. A resolução CFESS n 845/2018, que se refere à atuação profissional de Assistentes Sociais com relação ao processo transsexualizador, bem como o Código de Ética do Assistente Social de 1993, que estipulava o veto a discriminação com o que era denominado como “opção sexual”, mas a partir de 2006 foi alterado através da resolução nº 489/2006, que estabelece

que estão vedadas as condutas discriminatórias ou preconceituosas com relação a orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no exercício profissional.

A resolução nº 615/2011 representa um grande avanço para a categoria profissional, pois dispõe sobre a inclusão do nome social de assistentes sociais travestis e transexuais nos documentos de identidade profissional.

Através desses documentos o Serviço Social reafirma o seu compromisso ético-político contrário a todas as formas de violência, na direção da consolidação dos direitos humanos, em defesa da diversidade e de um projeto societário que esteja articulado com o combate das opressões ligadas à sexualidade e a identidade de gênero. Em conformidade com isso, o Conjunto CFESS-CRESS⁶ desenvolve desde a década de noventa ações com a finalidade de orientar a categoria profissional sobre os atendimentos dessa população.

Em 2018 foi publicada a resolução nº 845, que normatiza o processo transsexualizador. A normativa leva em consideração que, a recusa do oferecimento desses serviços médicos de adequação de gênero à população, não implica que os indivíduos irão se abster de procurar por alternativas que são, geralmente, pouco seguras e desempenhadas de forma precária, como podemos ver por exemplo através do relato de caso sobre complicações graves envolvendo o uso irregular de silicone industrial em mulher trans⁷. Sobre isso, é importante também reforçar a necessidade de promover o acesso da população trans a serviços diversos, não limitando as demandas dessa população ao processo transsexualizador.

Dentro da área do Serviço Social, bem como nos espaços de educação, precisamos estar atentos e dispostos a buscar permanentemente construir conhecimento dialético, impulsionar debates e questionamentos acerca da própria

⁶ CFESS é o Conselho Federal de Serviço Social, enquanto CRESS, é o Conselho Regional de Serviço Social.

⁷ MENDES, Monique; MONTEIRO, Gustavo Gomes Ribeiro; BASTOS, Emilly Freire Barbosa; MILCHESKI, Dimas André; MONTEIRO JUNIOR, Araldo Ayres; GEMPERLI, Rolf. Severe complication by irregular use of industrial silicone in a transsexual patient: a case report. **Revista Brasileira de Cirurgia Plástica (Rbcp) – Brazilian Journal Of Plastic Surgery**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 358-362, 2020. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.5935/2177-1235.2020rbcp0062>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcp/a/6NXSF8C9Hfw3PFx8zbfQtDS/?lang=pt#>. Acesso em: 14 out. 2023.

práxis de ensino que é desenvolvida nesses espaços. Embora as temáticas vinculadas à comunidade LGBTQIAPN+ possam ser desafiadoras, reitero a riqueza potencial deste campo. Afinal, tais discussões colaboram para a abertura de espaços propositivos à novas perspectivas do fazer profissional na área do Serviço Social.

Como já havíamos comentado, a diversidade está presente no cotidiano profissional de assistentes sociais. Este contato com a pluralidade de expressões de gênero e sexualidade se dá tanto através dos atendimentos, como da prática docente voltada à formação de novos profissionais. Portanto o respeito à diversidade, nesse contexto, faz parte do nosso legado enquanto projeto ético-político. Nessa perspectiva, é interessante compreender a diversidade não como uma característica que leva ao individualismo, mas como parte do desenvolvimento das identidades, das relações sociais, e do período histórico em que estamos. As identidades sociais são produto de um processo histórico, composto pelas lutas e reivindicações do passado que reverberam na luta pelos direitos sociais e políticos que defendemos hoje.

Temos a necessidade de avançar teórica e politicamente em concordância com os fundamentos éticos e políticos do Serviço Social. Estes fundamentos foram conquistados e elaborados na década de oitenta⁸, através dos movimentos de reconceituação da profissão e se modificam de forma a acompanhar o desenvolvimento das dinâmicas sociais e a realidade em que vivemos. É preciso, em conformidade com isso, aprofundar a discussão sobre o legado da profissão e sobre seus processos de renovação teórica, ética e política. Até porque, esse movimento nos permite além de compreender os sujeitos, compreender as demandas destes.

No Seminário Nacional Sobre Diversidade Trans e Serviço Social, que ocorreu em 2015, publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social, em 2020, foram apresentados alguns relatos de participantes abordando a atuação profissional de Assistentes Sociais em situações envolvendo questões de gênero e sexualidade. Na fala de Vanessa Leite, na Mesa Sobre Sexualidade e Expressões de Gênero na Infância e Adolescência, ela observou que a sexualidade não era

⁸ Como podemos ver através do texto "Os Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social Brasileiro na Contemporaneidade", de Maria Carmelita Yazbek (2009).

pautada por grande parte das organizações em espaços de formulação de políticas públicas. A pesquisadora observou, ainda, que a sexualidade é sempre abordada enquanto um marcador de riscos e não sob uma perspectiva de promoção de direitos. A mesma também afirma como o tema da diversidade sexual e de gênero é encarado como uma dificuldade para a maioria dos profissionais que lidam com adolescentes. E, ainda, que as instituições, de maneira geral, apresentam comportamentos transfóbicos e homofóbicos. Nas palavras da pesquisadora:

Uma profissional, ao relatar uma experiência em sua instituição me disse que, se não houver um acordo, ou seja, adesão de roupas e comportamentos esperados do gênero a ele ou a ela atribuídos, o/a adolescente não poderá ser “protegido” da violência dos outros; ele/a que seja prejudicado. Assim, as adolescentes acabam sendo responsabilizadas/os por possíveis problemas vividos na instituição, efeito da transfobia tanto dos outros adolescentes quanto dos próprios profissionais, aqui nesse caso, encoberta pelo discurso da proteção (Leite, 2020, p.100).

Durante sua fala, Vanessa Leite relata que algumas instituições optam por uma postura de total descaso e silêncio para não terem que abordar determinados assuntos relativos às expressões de gênero e sexualidade. Esse é mais um exemplo dentre tantas situações em que podemos observar a necessidade de modificar determinadas perspectivas de atuação profissional a fim de trazer práticas que assegurem a liberdade e o exercício de direitos.

Esse trabalho de conclusão de curso foi construído através de uma pesquisa bibliográfica e busca contribuir com o desenvolvimento teórico da temática de diversidade nos espaços de ensino. Esta pesquisa foi desenvolvida pautando a análise de perspectivas vinculadas à dissidência de gênero nos espaços de educação, especialmente no campo de atuação do Serviço Social, a fim de possibilitar a reflexão e a mudança de algumas práticas instauradas no cotidiano. A partir disso, identificamos fatores históricos que levam ao apagamento dos registros sobre identidades dissidentes de gênero. Aqui, também ressaltamos possibilidades e estratégias de resistência coletiva agenciadas por pessoas gênero-dissidentes nos ambientes de ensino e educação.

Por esse conjunto de razões, essa pesquisa tem como objetivo a ampliação dos conhecimentos a respeito da diversidade na área da educação e o

desenvolvimento de possibilidades de enfrentamento das violências cotidianas que atravessam as pessoas dissidentes de gênero nas práticas educacionais e de atuação no Serviço Social.

2. AS NARRATIVAS LEGITIMADAS E OS ESPAÇOS DE ENSINO

É de comum acordo na literatura que a cultura dominante é formada a partir da construção de *regimes de verdade*⁹ (Foucault, 2010, p. 67). Neste sentido, podemos considerar a universidade enquanto um espaço de produção de verdades no qual os discursos acerca da sociedade são discutidos, analisados e legitimados a partir de acordos entre pares. No entanto, nos espaços acadêmicos, há uma predominância de pessoas brancas, cisgêneras e héterossexuais. Esse fator não influencia apenas no desenvolvimento de representatividade mas, também, delimita discursos e vivências às quais damos legitimidade. Como podemos afirmar através da obra *Microfísica do Poder*,

Cada sociedade tem o seu regime de produção da verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.” [...] “A ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto de várias formas, de uma imensa difusão de um imenso consumo (funciona nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas, é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social as lutas ideológicas (Foucault, 2013, p. 52).

Ao levar em consideração os regimes de verdade descritos por Foucault, podemos estender nossa discussão à temática do gênero e da sexualidade, a fim de compreender a ação destes regimes de verdade sobre a construção dos corpos e dos desejos dentro de uma matriz de gênero. Neste sentido, a *teoria queer* pode contribuir de forma significativa na tarefa de compreender que, os aspectos da

⁹ “Por regimes de verdade se compreende uma forma de organização daquilo que se diz a partir de um conjunto de regras que apoiam o que é da ordem do verdadeiro. Essas regras são modalidades que definem o dizer como um enunciado da verdade, ou seja, estabelecem os elementos que devem ser articulados para que um enunciado seja tomado como verdadeiro. Não se trata, então, de quem ou o lugar de enunciação da verdade, mas do modo como ao dizer afirma-se um conjunto de relações que sustentam a verdade do que é dito.” (Bernardes, A. G. et al.. 2016. p. 3.)

construção identitária que são mediados pelos códigos sociais, não operam apenas em relação à população LGBTQIAPN+. Ou seja, as práticas reguladoras de gênero¹⁰ estão presentes na sociedade como um todo enquanto dispositivos de construção de subjetividades, modos de conduta e preceitos éticos-estéticos.

Desde o início da vida escolar, pessoas que divergem das normas sociais de regulação de gênero (sejam elas trans ou cis; membros, ou não, da comunidade LGBTQIAPN+) são atravessadas por diversas violências, práticas de exclusão ou deterioração. Estas experiências de violência acabam se tornando a lente através da qual a pessoa compreende sua presença nesses espaços de ensino e de produção de conhecimento. O resultado destas micro violências, somado à sensação de vulnerabilidade e inadequação, são as grandes responsáveis pela evasão escolar entre pessoas gênero-dissidentes.

As brincadeiras de viés sexista que representam divisões de tarefas, habilidades e gostos através das construções sociais e culturais de gênero estão presentes na trajetória educacional desde a primeira infância. São nos primeiros anos escolares que iniciamos a socialização e aprendemos a ridicularizar e inferiorizar as identidades que não correspondem ao padrão de gênero previamente esperado pela cis-héteronormatividade. Atualmente, através dos espaços de ensino infantil, um grande número de profissionais já buscam romper com esses parâmetros sexistas. No entanto, as gerações passadas e, até mesmo, as atuais carregam o peso de terem a sua identidade e espontaneidade tolhidas, ao longo da vida, para adequarem-se a padrões de gênero pré-determinados. Todo esse processo faz parte de um projeto de manutenção da cis-heteronormatividade dentro das relações sociais que, conseqüentemente, regulam a permanência de determinados corpos em espaços de produção e socialização de saberes.

Ainda de acordo com Foucault em *Microfísica do Poder*:

O conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso, e se atribui os verdadeiros efeitos específicos do poder. Esse regime não simplesmente ideológico ou superestrutural; foi uma condição da formação e do desenvolvimento do capitalismo. O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime

¹⁰ Práticas reguladoras de gênero fazem parte da tecnologia de controle dos corpos abordada nas obras de Preciado.

político, econômico e institucional de produção da verdade (Foucault, 2013, p. 54).

A partir disso, podemos perceber a importância do protagonismo e da valorização de pessoas dissidentes de gênero nos espaços de ensino superior enquanto uma estratégia de transformação social deste meio. Ao facilitar o acesso destas pessoas aos espaços de produção de saberes, podemos produzir conhecimento a partir de outras perspectivas que não a cis-heteronormativa. E, além disso, impulsionar a representatividade para que outras pessoas trans consigam se enxergar ocupando e modificando esses espaços. Através de uma abordagem crítica acerca da produção destas verdades legitimadas, podemos construir uma realidade que tenha respeito para com a diversidade de gênero e possibilite a diminuição das violências cotidianas.

Explorando um pouco mais a situação de pessoas trans em contextos de sala de aula, podemos considerar a pesquisa publicada em 2020 pela Revista *Perspectiva*, do Centro de Ciências da Educação¹¹. A pesquisa aborda o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior e conta com o depoimento de Gal, uma mulher trans, estudante de graduação. Gal relata:

Eu acho que tem todo um processo até você chegar à faculdade, até uma pessoa trans chegar a faculdade ela já passou por diversas etapas dentro da educação que tirou completamente a vontade delas de querer continuar estudando, e até mesmo impediu de chegar a uma faculdade por ela não conseguir concluir o ensino anterior. (...) Tem diversas coisas pra pensar, uma pessoa trans que conclui o ensino médio começa a pensar na faculdade, mas a gente sabe dos problemas que podem acontecer por a gente estar dentro desse ambiente (Scote, Garcia, 2020. p. 9).

Gal continua desenvolvendo o seu relato a respeito de algumas de suas outras vivências dentro do ambiente da sala de aula:

Como eu disse para você, o ambiente escolar não era algo agradável pra mim, então a universidade também é um ambiente escolar, então vir pra cá pode remeter esses tempos de estudo, que geralmente é ruim e no meu caso foi bem ruim pra mim. Os transtornos que a gente pode passar aqui dentro, como não ser respeitada, nesses ambientes formais a gente sempre vai ter problema, porque vão fazer a gente passar por alguma vexatória, em

¹¹ SCOTE, . D.; GARCIA, . R. V. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. *Perspectiva*, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 1–25, 2020. DOI: 10.5007/2175-795X.2020.e65334. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65334>. Acesso em: 13 out. 2023.

algum momento vão me chamar no masculino, em algum momento vão me chamar pelo nome de registro. (Scote; Garcia, 2020. p. 11)

O medo dessas situações vexatórias não foi uma situação isolada na vida de Gal, nem de outras pessoas trans que ocupam espaços voltados à educação. Esse fator, infelizmente, contribui para a falta de acesso das pessoas trans ao ensino superior. Além disso, na tentativa de se protegerem do sofrimento causado por essas situações de violência cotidianas, as pessoas que acessam esses espaços deixam de se manifestar ou de participar em momentos de socialização e de construção de conhecimento. Esse medo tem grande impacto no aproveitamento desses estudantes dentro de sala de aula, provoca um afastamento que, muitas vezes, é visto como timidez, falta de habilidades sociais ou desinteresse. Este é um, de tantos, mecanismos de defesa desenvolvidos pelas pessoas trans, que se privam de determinadas experiências ou interações em sala de aula a fim de evitar situações de sofrimento, exposição, e adoecimento psicológico.

Apesar das discussões sobre identidade de gênero estarem avançando bastante, não podemos esquecer que o sistema de ensino ainda não está completamente preparado para receber pessoas trans. Essa afirmativa se reflete nos processos seletivos que desconsideram o uso do nome social nas provas; nas práticas burocráticas da universidade, que muitas vezes recusam documentos com incongruências no nome de registro; nas interações com professores, muitas vezes despreparados. Em 2014 o Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM implementou a política de nome social em todo território nacional. No entanto, os candidatos continuam obrigados a assinar com o nome de registro/batismo durante a prova. Este tipo de situação em que, de alguma forma, ficam registrados publicamente os nomes que não são mais utilizados pelas pessoas costumam trazer grande desconforto. Esse é o exemplo de uma implementação de política mal estruturada e que tira completamente o sentido e a seriedade de adotar a prática do uso de nome social durante os processos seletivos. Além disso, demonstra que, mesmo antes do ingresso da Universidade, a população trans já é violentada através de práticas que, se em algum momento foram pensadas para atender à comunidade, acabam se tornando problemáticas quando executadas de forma despreparada e, muitas vezes, por profissionais que não tiveram nenhum tipo de orientação a respeito.

Como diversas outras áreas de socialização e formação de opinião, a educação é um espaço de disputa política. A permanência de pessoas trans e dissidentes de gênero nesses espaços ainda é uma afronta a reprodução cis-héteronormativa como referencial exclusivo. bell hooks, em *Ensinando Pensamento Crítico* fala do papel da sala de aula no confronto à cultura dominante. Nas palavras da autora:

Nós, que trabalhamos em educação, somos especialmente afortunados, porque, individualmente, podemos atuar contra o reforço da cultura do dominador e dos preconceitos com pouca ou nenhuma resistência. Professores Universitários tem uma liberdade tremenda em sala de aula. Nossa maior dificuldade é compartilhar conhecimento a partir de um ponto de vista sem preconceito e/ou descolonizado com estudantes que estão tão profundamente envolvidos na cultura do dominador que não se abrem a aprender novas formas de pensar e de saber. (hooks, 2020, p.57)

Os apontamentos de hooks caminham em direção a educação libertária, uma linha de pensamento que visa a construção de conhecimento de forma coletiva dentro de sala de aula. hooks busca compreender as estruturas que fazem com que alguns sujeitos se sintam mais confortáveis ou desconfortáveis em se manifestar publicamente dentro das instituições de ensino. Nesse sentido, a autora também nos alerta sobre a importância de valorizar as discordâncias e as trocas que acontecem nos espaços de ensino. Pois, a abertura para o diálogo contribui para promover um aprendizado que abrange a diversidade.

Durante toda essa obra, bell hooks continua nos direcionando para a compreensão de que o aprendizado se torna mais rico quando existe diversidade de sujeitos, e conseqüentemente de ideias e de pontos de vista nos espaços de construção de conhecimento. Nas palavras da autora:

O foco em diversidade revitalizou o aprendizado, ao transformar a educação para que ela não refletisse e não sustentasse preconceitos inerentes ao pensamento patriarcal imperialista capitalista supremacista branco. A inclusão de novas e diferentes disciplinas com foco em pensadores e escritores diversos proporcionou um impulso revigorante a departamentos “tradicionais” que vivenciavam baixos índices de matrícula. A diversidade em sala de aula, tanto em relação aos corpos presentes quanto ao assunto estudado, frequentemente criou um contexto construtivo para diálogo e engajamento melhorados. (hooks, 2020, p.166)

Como professora e profissional da área da educação, hooks fala sobre como a cultura do dominador influencia no que é desenvolvido dentro de sala de aula. Ao

longo dos últimos anos, há uma crescente tendência no campo da Pedagogia e das Ciências Humanas em geral, de valorizar a multiplicidade de narrativas no momento do ensino. Porém, não podemos esquecer que, muitas vezes, estudantes, professoras/es e supervisoras/es são responsáveis pelo reforço e pela manutenção de preconceitos nos espaços de aprendizado. Para finalizar esse ponto, a autora aponta que, para que professoras/es atualmente consigam ensinar sem preconceitos, é necessário que tenham capacitação e espaço para abraçar a diversidade dentro da sala de aula.

Através do artigo intitulado *A Vivências de Estudantes Transgênero na Universidade*¹², publicado em 2022, é possível verificar os relatos provenientes de entrevistas realizadas com estudantes trans do ensino superior. Os relatos discorrem sobre dificuldades de auto afirmação no ambiente universitário, abordando problemas psicológicos, como a depressão e a ansiedade, provenientes de violências cotidianas e que acabam impedindo as pessoas de acessar e permanecer nesses espaços. Uma das pessoas entrevistadas no artigo supracitado afirma que as situações de violência vivenciadas por ela fizeram com que a estudante atrasasse a conclusão do curso:

Foi difícil, porque tive que trancar a minha matrícula no curso duas vezes por problemas de saúde mental. Foi uma situação vexatória, por que por mais que eu pensasse “ah, eu vou voltar e pegar a matéria com eles”, reencontrar algumas pessoas da turma deixava o clima bem estranho (Vianna et al. 2022, p.4).

Como apresentado nesse artigo, a experiência de estudantes trans nos espaços de ensino superior é atravessada por dificuldades de convívio em relação a uma ampla gama de espaços acadêmicos. Enquanto a universidade estiver, majoritariamente, alienada à cisnormatividade e desestruturada para enfrentar a transfobia, esse espaço vai continuar gerando sentimentos de não pertencimento a estudantes, professoras/es e servidoras/es trans que convivem na instituição.

Além das situações mencionadas por estudantes durante as entrevistas, envolvendo violência verbal e institucional, a violência velada¹³, também, constitui

¹² Autoria de Carolina Vianna, Igor Delgado, Anderson Rosa, Vanessa Ribeiro e Luciola Siqueira.

¹³ Violência velada é uma forma de violência psicológica causadora de danos emocionais que pode ser feita de várias formas, como mediante a ameaças, constrangimentos, isolamento, ridicularização e humilhação.

parte do problema a ser enfrentado dentro dos espaços acadêmicos. Nesse caso, é importante observar como comentários preconceituosos e discursos de ódio sutilmente enraizados dos depoimentos e na participação dos colegas em sala de aula também são um fator que tem influência na participação das pessoas trans.

As violências veladas e os comentários odiosos são, ainda, somados à desconfiança generalizada que se popularizou nos últimos anos através de discursos alarmistas e conservadores, a respeito do uso dos banheiros, que na maior parte dos locais ainda é dividido entre as categorias feminino e masculino. O uso do banheiro por pessoas trans é um fator importante para os discursos conservadores pois articula três elementos fundamentais que garantem a popularização de um discurso transfóbico desumanizante, mas que é revestido de preocupação legítima. O primeiro elemento é questionar o acesso das pessoas trans a um direito básico: uma necessidade fisiológica. Em segundo lugar essa questão dialoga com o medo que as mulheres cis sentem em relação aos homens cis, e nesse caso as mulher trans acabam sendo bode expiatório, pois mesmo sem serem responsáveis por essa violência continuam sendo acusadas por ela. Em terceiro lugar, o discurso sobre o banheiro é um, dentre tantos, que reforça a pretensão da naturalidade do corpo cisgênero e relega as pessoas trans uma artificialidade não apenas em relação aos seus corpos, mas à própria identidade de gênero. Essa disposição estereotipada das categorias homem e mulher causam situações de desconforto também em mulheres cisgêneras que não performam feminilidade, e a partir disso podem ser lidas como homens e passar por situações vexatórias ou violentas nesses espaços.

Com relação ao uso do banheiro, o artigo supracitado aponta este como um fator gerador de estresse para as pessoas trans. Além disso, a impossibilidade, gerada pelo medo, de frequentar banheiros públicos pode causar o desenvolvimento de problemas urinários. Os depoimentos presentes no artigo mostram o receio de julgamentos que permeia a vivência desses estudantes trans, como podemos ver a seguir:

Usar o banheiro masculino foi difícil, no começo eu não ia. Eu usava o feminino, que depois de um tempo começou a ficar desconfortável também. Deixei de usar o banheiro na Universidade...mas depois passei a usar o masculino (Vianna et al. 2022, p.5).

Dando sequência aos relatos, agora com relação ao nome social. Uma estudante afirma que:

Quando ainda não tinha nome social, fui procurar o coletivo feminista e não me deram assistência alguma. Além disso, poucos professores se disponibilizaram a alterar o meu nome na lista de chamada (Vianna et al. 2022, p.5).

Partindo dos relatos apresentados aqui, podemos afirmar que a universidade, enquanto uma instituição situada em uma sociedade cisheteronormativa, também é permeada por contradições dessa mesma sociedade: tais como a transfobia, o machismo e o racismo. Como consequência disso, a universidade pode ser um espaço de inseguranças e anseios para estudantes que não se sentem pertencentes ao ambiente universitário. A partir das violências vividas no período escolar, estudantes trans que buscam uma vaga no ensino superior sofrem com os impactos do medo de que o preconceito e as violências discriminatórias anteriormente vividas sejam novamente reproduzidas no ensino superior.

Ao longo do processo do desenvolvimento desse texto podemos ver como a escola e a universidade são importantes ferramentas para transmissão de conhecimentos. Os espaços de ensino e aprendizagem são, também, espaços de socialização onde discursos acerca da sociedade são colocados em disputa por diversos agentes. E, por conta disso, a universidade se torna um lugar de contraste entre visões de mundo, onde os preconceitos com a educação inclusiva e libertária são contrapostos por ideais excludentes e meritocráticos acerca da educação. O sentimento de isolamento e não pertencimento está dentre os diversos prejuízos causados por uma concepção de educação que tem por base a repressão (e isso inclui uma educação na qual se pune estudantes que não correspondem às expectativas comportamentais através de tratamentos pejorativos e excludentes). Essas formas de tratamento vexatórias, nas quais os indivíduos são continuamente expostos enquanto pessoas inadequadas ou impróprias constroem uma autoimagem deturpada, fazendo com que estas pessoas de fato passem a se ver dessa forma. Por conta disso, acabam acreditando que não devem estar inseridas em diversos espaços sociais, em especial, nas áreas da educação formal.

Ainda em *Ensinando Pensamento Crítico*, hooks (2020. p.62) expõe que, mesmo após questionamentos grandiosos relacionados a maneira como ensinamos e aprendemos, a educação foi muito utilizada como um mecanismo desenvolvido a fim de colaborar com a colonização em massa. E, através do qual, fomos ensinados a acreditar na superioridade imperialista, branca e masculina. Ela conclui, apontando que, o resultado disso são estudantes que chegam do período escolar para a universidade com doutrinas já mentalmente instauradas. Mudar e questionar essas doutrinas é um meio para que seja possível modificar a educação ao ponto dela ser um espaço de liberdade, onde o aprendizado aconteça de maneira respeitosa mesmo dentro das divergências ideológicas.

É importante levarmos em consideração que existem muitos profissionais da educação que buscam transformar e questionar as dinâmicas reproduzidas nesses espaços. Profissionais que lutam por reformas curriculares que abordem aspectos necessários para uma formação escolar e acadêmica que valorize a diversidade. E o fazem ainda que sob diversos ataques na onda de crescente conservadorismo que vivemos nos últimos anos, com a ascensão de discursos que buscam o silenciamento e a criminalização do debate político dentro dos espaços de ensino, como o Projeto Escola sem Partido¹⁴.

Professoras/es também realizam um trabalho importante em relação à defesa da diversidade, de uma forma muito mais simples do que uma mudança curricular, mas que consegue trazer resultados extremamente positivos: a conscientização através do exemplo. Mesmo sem serem autoritários, professoras/es ocupam um lugar de autoridade na sala de aula. Posturas inclusivas e acolhedoras por parte das mesmas não apenas fazem com que os alunos se sintam mais confortáveis nestes espaços mas, também, sinalizam aos outros estudantes que o ambiente de sala de aula deve ser inclusivo. Nos casos em que professoras/es tratam estudantes de maneira preconceituosa, essas posturas acabam por promoverem e para alguns colegas um meio de legitimidade do próprio preconceito. Isso acaba desenvolvendo a ideia de que se a professora com a sua autoridade, não acha relevante e importante respeitar esses sujeitos, por que os outros estudantes

¹⁴ O projeto de lei Escola sem Partido foi apresentado em 2016 visando limitar a atuação dos professores com o objetivo de impedir a ampliação do debate a respeito de questões ideológicas ou partidárias em sala de aula.

deveriam respeitar? Ou seja, quando profissionais da educação corrigem estudantes que tratam as outras pessoas através de nomes ou do pronome de tratamento errados, ou mesmo quando se desculpa publicamente por ter cometido esse erro e se compromete a respeitar a identidade da pessoa envolvida nessa situação, isso mostra a importância dessa atitude e reafirma a necessidade das outras pessoas fazerem o mesmo. Esses movimentos, apesar simples, podem trazer grandes resultados, influenciando diretamente no fato de pessoas trans continuarem comparecendo às aulas.

Retomando os relatos supracitados, podemos afirmar que o desconforto das pessoas dissidentes de gênero dentro de ambientes acadêmicos, por vezes, é permeado por um silêncio que resulta do medo de sofrer ainda mais violências. Esse medo também é o que leva esses estudantes a não reagirem em casos de transfobia. Nessa situação, o medo impede que essas/esses estudantes se defendam, pois essas pessoas se veem sozinhas na posição de vulnerável e acreditam que, se reagirem, poderão ter a sua identidade mais uma vez desrespeitada. A partir dessas situações, é importante também mostrar como não só a intervenção de professoras/es em situações de violência mas, também, a participação interventiva de outros estudantes é importante para a valorização e o pertencimento de pessoas trans que ocupam os espaços da educação. Complementando essa ideia podemos utilizar a fala de Foucault sobre a produção da verdade:

Em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que essas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, e uma circulação de um funcionamento do discurso. Não há possibilidades de exercício do poder sem certa economia dos discursos da verdade, que funcione segundo essa dupla exigência a partir dela (Foucault, 2013, p. 279).

Através dos pontos aqui abordados, podemos afirmar que o exemplo envolvendo a sala de aula também pode ser uma forma de mudar os discursos que fazemos funcionar como verdadeiros. Professoras/es ao corrigir uma situação de transfobia ou preconceito imprimem na realidade material novas posturas que antes não eram presenciadas e, através da implementação de novas maneiras de agir em sala de aula, cria-se uma ferramenta para promover o respeito

à diversidade nesse meio. Desta forma, modifica-se o discurso de legitimidade operante a partir da validação das identidades destas pessoas como verdadeiras.

No contexto da sociedade de classes em que vivemos nem todas as pessoas têm acesso às mesmas condições de vida e de trabalho. Isso se revela através do acesso dos sujeitos a serviços, bens materiais e até a direitos. A educação, embora seja prevista pela constituição¹⁵ como um direito de todas as pessoas e um dever do Estado, na prática não é igualmente acessível por conta de uma série de atravessamentos sociais e políticos que ocorrem quando fazemos recortes referentes a gênero, raça, etnia e classe.

Lutar pela presença e pela permanência de pessoas de identidades dissidentes de gênero em instituições de ensino é um movimento político que deve ser reivindicado coletivamente em diversas instâncias. Este movimento de inclusão deve ser abrangente desde as escalas burocráticas, institucionais até a socialização e a defesa da diversidade dentro da sala de aula e dos espaços de convivência. O debate sobre a diversidade deve integrar, inclusive, o meio profissional no qual as pessoas serão inseridas posteriormente. Para fortalecer a diversidade nos espaços da educação é necessário pensarmos em formas de trazer as pautas de interesse dessa população para o foco das discussões presentes na universidade. Desta forma, fazendo com que o debate se reflita em práticas envolvendo a formação e a capacitação de pessoas que ocupam esses espaços.

Nas palavras de hooks, a respeito das diferenças no espaço da sala de aula:

Questões de diversidade tanto dentro quanto fora da sala de aula, antes abertamente abordadas, aos poucos têm sido relegadas à esfera do silêncio e da desinformação. À medida que a oligarquia global se torna a norma política, aqui e em todo lugar, precisamos de uma educação que considere a diversidade mundial. Mais do que nunca, estudantes precisam aprender a partir de perspectivas não enviesadas, sejam elas conservadoras ou radicais. E, mais do que nunca, estudantes e professores compreendem totalmente as diferenças de nacionalidade, raça, gênero, classe social e sexualidade, se quisermos criar formas de saber que reforçam a educação como prática da liberdade (hooks, 2020, p. 173).

Ainda de acordo com isso podemos perceber a influência das relações de poder no desenvolvimento das relações dentro da sala de aula, tendo como

¹⁵ Através da Lei nº 14.172, artigo 205, de 10 de junho de 2021

consequência também a maneira como ensinamos e aprendemos. Em direção a isso, a presença de pessoas dissidentes de gênero nos espaços de ensino é um fator político, que desestabiliza a ordem da normatividade no interior desses espaços pois desafia a imposição e a categorização dos sujeitos, implicando em mudanças estruturais de funcionamento e organização.

Imagem 1 - Mudando a referência



Fonte: Nuna Noia, 2023.

3. A DIVERSIDADE HISTÓRIA E ATUALIDADE

O movimento LGBTQIAPN+, bem como a teoria *queer*, não tiveram um único e específico evento gerador. Estes foram se desenvolvendo a partir de uma série de movimentos sociais e políticos. Assim como da reflexão de diversos autores que buscaram compreender temáticas vinculadas à identidade de gênero e sexualidade. A teoria *queer*, por exemplo, se desenvolve partindo da perspectiva crítica literária do movimento feminista presente na década de 1970, passando pela filosofia pós Foucault e é uma interpretação dos estudos de gênero que busca compreender as ações políticas sobre os corpos e as relações humanas. A crítica literária feminista é portanto um dos pontos de partida para a elaboração teórica do que viria a ser a teoria *queer*, à medida em que muitos intelectuais dissidentes da crítica literária feminista vieram a formar como o arcabouço teórico de um discurso *queer*.

Dentre eventos memoráveis que corroboram no processo de desenvolvimento do movimento e da cultura LGBTQIAPN+ podemos citar as reivindicações dessa população durante a Ditadura Militar no Brasil, entre 1964 e 1985. A Operação Tarântula¹⁶ foi um movimento de perseguição de pessoas trans e travestis sob o pretexto de combate a “devassidão” e, posteriormente, a AIDS. Podemos citar a importância de figuras como João Nery¹⁷, homem trans e autor da obra Uma Viagem Solitária, no desenvolvimento do debate sobre transgeneridade no contexto Brasileiro. A partir da década de 1990, avançando até os anos 2000, a comunidade LGBTQIAPN+ começou a se organizar de maneira mais efetiva pelos seus direitos, especialmente após o período conhecido como “crise da AIDS”, que foi muito associado a homossexualidade e a transgeneridade nesse contexto histórico.

No contexto Europeu, é importante citarmos as contribuições de Magnus Hirschfeld¹⁸, um médico e sexólogo alemão, fundador do Instituto de Ciências

¹⁶ CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os Tentáculos da Tarântula: abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [S.L.], v. 38, n. 2, p. 175-191, 2018. FapUNIFESP (SciELO).

¹⁷ João Nery foi um psicólogo, ativista e escritor, conhecido como o primeiro homem trans a realizar a cirurgia de redesignação sexual no Brasil.

¹⁸ BAUER, Heike. *The Hirschfeld Archives: Violence, Death, and Modern Queer Culture*. Temple University Press 2017.

Sexuais em Berlim no ano de 1919. Durante as décadas de 1920 e 1930 esse instituto prestou atendimento oferecendo empregos e serviços de aconselhamento e de tratamento para pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Durante a década de 1930 o regime nazista chegou ao poder na Alemanha e, a partir disso, o Instituto de Hirschfeld foi fechado, tendo seus registros e os arquivos que foram produzidos durante todos os seus anos de funcionamento queimados e confiscados pelo regime fascista. Registros de décadas de trabalho e pesquisa foram queimados e Magnus Hirschfeld, que era judeu e homossexual, faleceu no exílio em 1935.

O Instituto de Magnus Hirschfeld também é uma prova que pessoas dissidentes de gênero vêm ao longo de séculos buscando reivindicar seus direitos e alcançar reconhecimento social e cidadania. Apesar do que a mídia nos coloca, a existência de pessoas dissidentes de gênero não é um fenômeno da atualidade. Estas identidades por muito tempo foram silenciadas e subalternizadas, sendo alvo de diversos preconceitos e violências dentro de uma sociedade baseada em padrões cis-héteronormativos. O apagamento histórico sobre estas identidades revela a importância da preservação da memória das pessoas e da comunidade LGBTQIAPN+. A historiografia sobre a população LGBTQIAPN+ nos apresenta uma série de registros históricos frágeis, com marcas do apagamento feito de forma sistemática e como estratégia histórica dos governos totalitários.

Infelizmente gênero e transgeneridade continuam sendo assuntos socialmente muito temidos. Com relação a isso, ressaltamos a importância de estratégias governamentais e coletivas para o enfrentamento do preconceito, dentre elas a tentativa de criação de alguns programas que buscam problematizar e debater a violência contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ nos espaços de educação, como é o caso de do Programa Brasil Sem Homofobia¹⁹, criado em 2004.

Na grande maioria dos casos os programas não só falharam, como também foram vinculados à notícias falsas que eram disseminadas no meio virtual. Este movimento de desinformação por foi instrumentalizado como estratégia pelas camadas conservadoras e vinculado à ideia de que ao discutir gênero e sexualidade nos espaços da educação o governo estaria incentivando a promiscuidade. Com a

¹⁹ Brasil sem Homofobia é um programa criado em 2004, que buscava combater a violência e a discriminação contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ e promover cidadania.

falsa premissa de que a educação sexual seria uma ameaça a família e os valores “tradicionais”, as iniciativas que visam discutir a diversidade sexual são comumente desmanteladas.

Ao analisarmos os acontecimentos que, desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, vem influenciando o desenvolvimento do cenário político do Brasil, podemos constatar o crescimento de uma “nova direita”²⁰. Esse período marca o início de um movimento ardiloso, envolvendo notícias falsas, distorção de conceitos utilizados de maneira sensacionalista e equivocada com a finalidade de promover retrocesso nas conquistas de grupos marginalizados, dentre eles a comunidade LGBTQIAPN+.

Esse movimento abriu brecha para novas práticas de distorção de fatos, especialmente através de fundamentalistas religiosos e outras categorias de conservadores, que buscam culpabilizar a comunidade *queer* pela “destruição da família”. Esse discurso envolvendo a suposta “ameaça da diversidade”²¹, alinhados ao disparo de ataques advindos das notícias falsas e do avanço das tecnologias, vem sendo utilizado por grupos neofascistas como arma de articulação política.

Para os nichos mais conservadores da sociedade o entendimento do gênero como algo performativo²² (Butler, 2003, p. 194), relativo ao contexto histórico e cultural e, portanto, que diverge de essencialismos biológicos ou de uma pretensa imutabilidade dos indivíduos significa um ataque à “família tradicional”. Com relação

²⁰ALVES CEPÊDA, V. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 23, n. 2, p. 40–74, 2018. DOI: 10.5433/2176-6665.2018v23n2p40. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34801>. Acesso em: 7 nov. 2023.

²¹ Estima-se que, de Janeiro até Abril de 2023, ao menos 68 projetos de lei que visam barrar o acesso de pessoas trans aos tratamentos de confirmação de gênero tenham sido apresentados na Câmara de Deputados. Estes números confirmam a adesão de alguns grupos políticos brasileiros à tendência de países anglófonos como Reino Unido e Estados Unidos na onda de ataques à população trans. Ver: NEVES, Maria. “É preciso ir além da visibilidade e garantir direitos, reivindicam participantes de homenagem à população trans”. *Câmara Notícias*, 10/04/2023. Disponível em: <<http://surl.li/jncpy>>. Para dados a respeito da legislação antitrans nos Estados Unidos, ver: <<https://translegislation.com>> .

²² Em *Problemas de gênero*, Butler afirma o caráter performativo do gênero. Segundo a autora (2003, p. 194) os “atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado.”

a isso, é importante destacar que esse conceito é ilusório, e que não existe um único modelo de família “tradicional”, uma vez que família é um conceito diverso e que abrange sujeitos com todas as identidades em inúmeras configurações. Definir o conceito de “família” como sendo esta composta por um homem e uma mulher cisgêneros com filhos não é uma violência apenas com os membros da comunidade LGBTQIAPN+, mas também com todas as formações familiares que não correspondem a esse modelo. O modelo de “família tradicional” é excludente em relação às famílias estendidas, comuns entre povos originários, exclui mães que criam os filhos sozinhas, avós que são responsáveis por seus netos, tios que são responsáveis por seus sobrinhos, modelos de criação com rede compartilhada, entre outros.

Em concordância com os fatores apresentados no primeiro capítulo, podemos ver como a diversidade é sim um assunto de relevância em todos os espaços e como o debate desse tema também é necessário para que ele seja desmistificado. Ao contrário do que se pode pensar, debater a diversidade não é importante apenas para as pessoas trans ou para os membros da comunidade LGBTQIAPN+: as pessoas cisgêneras também são afetadas pelos estereótipos de gênero de diversas maneiras, dentre elas através do machismo estrutural e pressão estética.

O debate acerca da construção da representatividade é muito importante, nesse sentido, foi a partir da década de oitenta que uma série de artistas brasileiros começaram a falar de forma mais aberta a respeito de suas sexualidades. Ícones da música como Cazuza, Renato Russo, Cássia Eller e Angela Roro fizeram com que uma geração de brasileiros se desse conta de que era possível admirar pessoas homo ou bissexuais. Já a exposição constante de Roberta Close em diversos espaços midiáticos fez emergir um movimento de valorização e orgulho por parte de categorias que antes eram vistas exclusivamente através de representações pejorativas. Embora Roberta fosse muito exposta e também obrigada a responder perguntas absurdas em suas aparições públicas em programas de televisão, ao fazer isso com elegância e agilidade ela se tornou uma figura importante e uma referência. A morte da cantora Cássia Eller também expôs publicamente o debate da criação homoparental, uma vez que a esposa de Cássia teve que lutar

judicialmente pela guarda do filho delas. A visibilidade do caso e a exposição dessas vivências em grandes mídias, bem como a existência pública desses artistas, foram e continuam sendo veículos de resistência e representatividade que se renovam à medida que novas gerações acessam tais referenciais e se veem ali representados em suas identidades e desejos.

É importante ter em mente que, apesar dos novos referenciais de identidade e representatividade, a violência ainda continua atingindo as pessoas dissidentes de gênero cotidianamente. Mesmo em espaços pretensamente seguros como as universidades, a população LGBTQIAPN+ ainda enfrenta muitos desafios à inclusão e luta por direitos. Muitas vezes, o preconceito dirigido a esta população aparece de forma perniciosa e disfarçada de estratégia política nos discursos de uma parcela da esquerda que, ainda hoje, recusa a interseccionalidade e se recusa a descartar um paradigma hierárquico sobre os diversos aspectos do poder que subjagam os indivíduos. A ideia de que a luta das pessoas LGBTQIAPN+ interfere e prejudica a luta de classes por, supostamente, representar um fator divisivo à categoria de "proletariado" ignora a composição diversificada desta categoria e reforça o paradigma de que a identidade é uma característica unidimensional. A pesquisa desenvolvida em 2020 pelo coletivo VoteLGBT revelou que a população trans apresenta um quadro de vulnerabilidade de trabalho e renda bem superior se comparado aos demais grupos LGBTQIAPN+²³. Esta discrepância se acentua ainda mais em comparação com as condições financeiras de indivíduos cisgêneros, héteros e não racializados. Ao pensarmos na classe trabalhadora não podemos excluir os marcadores de gênero e sexualidade. O que divide o proletariado é o próprio preconceito que temos uns com os outros e com o que consideramos diferente ou inferior a partir das nossas próprias noções culturais. A falta de reconhecimento de classe, raça e das violências de gênero são perpassadas, também, pela alienação capitalista.

Em espaços de ensino, como a universidade, quando o direito à autodeterminação é desrespeitado e surge a necessidade de defender quem se é como se a mera existência de pessoas gênero-diversas fosse objeto de embate

²³ VERONEZE, R. T. Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico. Revista Katálysis, v. 25, n. 2, p. 316–325, maio 2022.

político - um embate político que jamais põe em dúvida a existência de pessoas cis-hetero, diga-se de passagem - um movimento silencioso de expulsão desses estudantes entra em curso. Uma vez que o ambiente se torna um grande gerador de desconforto, as pessoas passam a desenvolver a ideia de não pertencimento, tanto pela falta de representatividade, quanto pelas violências que sofrem. A falta de capacitação para o tratamento de pessoas trans nesses espaços se torna um grande gerador de evasão escolar e acadêmica. A ausência de instrução acerca da história dos movimentos LGBTQIAPN+ e o silêncio diante a esse apagamento acabam por cimentar meias-verdades e desinformação acerca do assunto. Estes processos de exclusão estão, em grande escala, relacionados à norma social que atua sobre o controle dos corpos e das identidades. É importante reforçar também como essa dinâmica de expulsão silenciosa é naturalizada dentro dos espaços de ensino, onde apesar de diversas violências serem veladas ou indiretas, elas também impactam e contribuem consideravelmente nas vivências de pessoas trans e de membros da comunidade LGBTQIAPN+.

A partir da análise desse processo silencioso de exclusão, podemos discorrer a respeito da necessidade de repensar os meios de entrada da população trans na universidade. A permanência no ensino fundamental e médio também é um fator que dificulta o acesso das pessoas trans ao ensino superior, considerando que muitas não terminam o ensino médio. Há a necessidade de pautar as questões envolvendo as políticas internas necessárias para que as pessoas com identidades de gênero dissidentes sejam respeitadas durante a ocupação desses espaços. Um avanço recente, e muito importante que pode ser observado dentro da própria Universidade Federal de Santa Catarina, é a aprovação, no ano de 2023, de cotas para pessoas trans no ensino superior, através da resolução normativa Nº181/2023/CUn, de oito de agosto de 2023.

Outra conquista foi a possibilidade de pessoas que não passaram pelos processos de retificação de documentos utilizarem o nome social para ingresso no vestibular e inserção na universidade. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), através da resolução normativa 18/CUn/2012, também é possível utilizar a política de nome social. Essa política, bem como a de cotas para pessoas trans, são fatores que podem contribuir imensamente para ampliar o acesso dessa categoria

às universidades. No entanto, não podemos acreditar que isso, por si só, é suficiente para o enfrentamento da violência estrutural que perpassa a existência de pessoas dissidentes de gênero. Nesse sentido, é importante também pensarmos em formas de verificar o cumprimento dessas medidas previamente estabelecidas. Há, também, a necessidade de desenvolvermos protocolos para situações em que a atualização desse recurso não esteja ocorrendo de maneira efetiva.

Essas resoluções referentes aos recursos disponíveis para pessoas trans em espaços acadêmicos tem relação com o direito de ser quem se é durante a ocupação desses espaços, e a respeito disso Butler escreve em sua obra *Corpos em aliança e a política das ruas*:

Quando dizemos que o gênero é um exercício de liberdade, não queremos dizer que tudo que constitui o gênero é livremente escolhido. Independente de entendermos nosso gênero ou a nossa sexualidade como algo que escolhemos, ou que nos foi atribuído, cada um tem o direito de reivindicar esse gênero e essa sexualidade. E faz diferença se podemos reivindicá-los. Quando exercemos o direito de aparecer com o gênero que já somos, mesmo quando sentimos que não temos outra escolha, estamos exercendo certa liberdade, mas também estamos fazendo alguma coisa além disso. Quando alguém exerce livremente o direito de ser quem já é, e reivindica uma categoria social com o propósito de descrever esse modo de ser, então está, na realidade, tornando a liberdade parte dessa mesma categoria social, mudando discursivamente a própria ontologia em questão (Butler, 2018, p.67).

Reivindicações de gênero, como a autora coloca, são também práticas de liberdade e de cidadania. Quando podemos expressar o nosso gênero e sentimos respeito com relação a isso também estamos exercendo direitos e, com isso, se cria um exercício de liberdade. Isso, a longo prazo, também impacta em experiências coletivas, possibilitando que mais pessoas acessem esses locais.

O debate da diversidade de gênero e de sexualidade é muito recente nas políticas de educação, o tema da sexualidade por exemplo aparece pela primeira vez em 1997, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). O mesmo fala, ainda que brevemente, sobre a importância de trabalhar temas ditos polêmicos, como a homossexualidade. No entanto, o assunto é abordado sempre de maneira genérica e sem aprofundamento no que se refere às relações entre gênero, sexualidade e sociedade. Depois do espaço familiar, a escola e os locais vinculados à educação

são os espaços sociais onde as pessoas apresentam mais dificuldades com as vivências de identidade, expressão de gênero e de sexualidade.

Nosso desafio dentro dos contextos da sala de aula e nas diversas práticas vinculadas à educação é ampliarmos a possibilidade das pessoas terem fala pública, abrindo possibilidades de maior participação para pessoas historicamente marginalizadas nesses contextos. Precisamos dar suporte para que as pessoas possam reaprender a falar para, a partir desse movimento, finalmente conseguirem exercer seus direitos e estabelecerem as suas necessidades. Nesse sentido, é necessário rever e questionar através de quais práticas e políticas podemos desenvolver as mudanças necessárias para que a educação abrace e não mais que neutralize a diversidade. É preciso observar, dentro da dimensão ética, o reconhecimento do outro e das violações dos direitos das pessoas que ainda hoje não são totalmente ouvidas em suas pautas. É preciso integrar suas reivindicações à disputa de projetos no cotidiano, dentro dos espaços de lutas por direitos.

Imagem 2 - Memória



Fonte: Nuna Noia, 2023.

3.1 CONTRASSEXUALIDADE

O Manifesto contrassexual (2000), de Paul. B. Preciado, nos introduz ao conceito de *contrassexualidade*. Através deste conceito, o autor aborda o corpo como um campo de construção biopolítica que, além de ser objeto de opressão, pode se tornar zona de resistência. A obra expressa uma análise crítica a respeito das diferenças entre conceitos de sexo e gênero que, para o autor, são produtos de um contrato social cis-heterocentrado.

A contrassexualidade, como explica Preciado, não rejeita as construções sociais e de gênero, mas as coloca como sendo mecanismos estratégicos criados para condicionar as pessoas a um sistema de dominação. (Preciado, 2017, p.24) Esse sistema de dominação e reprodução é um dispositivo capaz de produzir feminilidade e masculinidade, de onde derivam os papéis de gênero, a divisão e a fragmentação dos corpos. Os corpos, as identidades e conseqüentemente as pessoas que não se encaixam nos gêneros pré-estabelecidos socialmente como “naturais” são vistos, então, como uma ameaça a coerência do sistema sexo/gênero, como destruidoras/es dos artifícios, papéis e práticas sexuais. Essas práticas, por sua vez, ao serem destruídas e confrontadas, ao invés de continuarem sendo socialmente investidas como naturais rompem com um sistema de exploração dos corpos. Preciado aborda treze artigos que constituem os princípios para a construção de uma sociedade contrassexual. Citando desde o apagamento de denominações como “masculino” e “feminino”, que correspondem a categorias biológicas, quanto a abolição de privilégios sociais, que são derivados da inserção nas categorias homem e mulher.

Em sua obra, Paul Preciado confronta também ideias construídas em torno das noções de gênero propostas por Butler, na qual ela utiliza constantemente o exemplo da identidade drag queen para demonstrar o gênero como algo performativo, utilizando da proposta de Richard Schechner a respeito de comportamentos reiterados e repetidos que formam um repertório de ações com impacto social. Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma performance repetida. Essa repetição é a um só tempo reencenação e uma nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e

também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. Embora existam corpos individuais que encenam essas significações estilizando-se em forma do gênero, essa “ação” é uma ação pública. Essas ações têm dimensões temporais e coletivas, e seu caráter público não deixa de ter consequências (...) (Butler, 2003, p.200).

Nas palavras do autor:

Butler, ao acentuar a possibilidade de cruzar os limites dos gêneros por meio de performances de gênero, teria ignorado tanto os processos corporais e, em especial, as transformações que acontecem nos corpos transgêneros e transsexuais, quanto as técnicas de estabilização do gênero e do sexo que operam nos corpos heterossexuais. O que as comunidades transexuais e transgênero colocam em evidência não é tanto a performance teatral e de palco dos gêneros (cross-gender), e sim as transformações físicas, sexuais, sociais e políticas dos corpos fora da cena; dito de outro modo, tecnologias precisas de trans incorporação: clitóris que cresceram até se transformar em órgãos sexuais externos, corpos que mudarão o ritmo de doses hormonais, úteros que não procriaram, prostatas que não irão produzir semen, vozes que vão mudar de tom...Estou sugerindo que talvez, se as hipóteses do chamado “construtivismo de gênero” foram aceitas sem produzir transformações políticas significativas, pode ser exatamente por que tal construtivismo não só mantém como depende de uma distinção entre sexo e gênero que torne efetiva a oposição tradicional entre cultura e natureza e, por extensão, entre tecnologia e natureza.(Preciado, 2017, p. 93)

Ainda sobre a reprodução das atribuições de gênero, é interessante observar os desdobramentos no interior das tecnologias da produção e de controle sexuais. Como abordado por Preciado, os cintos antimasturbatórios que foram inventados para evitar que as pessoas pudessem tocar os próprios genitais é uma tecnologia semelhante às cintas penianas que conhecemos hoje. Ou seja, o modelo de tecnologia antes utilizado no contexto de promoção da castidade, com o passar do tempo se tornou um instrumento que sustenta um dildo e que faz parte da prolongação sintética do sexo. Caso ainda restem dúvidas com relação a relevância desse tópico, reitero que, com esse exemplo, podemos visualizar como o uso de tecnologias específicas de gênero podem produzir feminilidade ou masculinidade e, com isso, também desenvolver noções que com o tempo podem ser recontextualizadas.

Ainda no Manifesto Contrassexual, Preciado aponta que, por trás da frequente pergunta sobre o gênero de uma criança, se esconde um conjunto de técnicas visuais, discursivas e cirúrgicas que ditam o que é considerado “normal”.

Durante o processo de atribuição do sexo, ocorre o que o autor define como a passagem pela “mesa de operações” abstrata (Preciado, 2017, pg.127). Isto é, o fenômeno, no qual, através da ecografia ou no momento do nascimento, é atribuído um sexo e, conseqüentemente, um gênero. Pessoas interssexuais, nesse contexto, também podem ser vistas como um exemplo de ameaça ao sistema de sexo/gênero estabelecido.

O terror presente no “desencaixe” de gênero, durante o que o autor chama de “mesa de operações”, é tão grande que gerou práticas para esconder identidades interssexuais. O medo e a violência advindas desse desencaixe em relação ao sistema era tão grande que, no nascimento de uma criança interssexual, os pais revelavam publicamente que haviam tido gêmeos. A partir do momento em que conseguissem, através das tecnologias sexuais, categorizar a criança em um gênero era exposta publicamente a morte de um dos supostos gêmeos, mantendo “viva” a criança que fosse possível de encaixe dentro das tecnologias dessas atribuições e designações sexuais. (Preciado, 2017, p.132)

Com relação a algumas concepções, Preciado aborda a perspectiva construtivista, na qual as categorias homem/mulher não são naturais, mas sim uma ideia normativa socialmente construída e sujeita a mudanças relativas ao contexto histórico e cultural. Preciado se posiciona em oposição ao essencialismo de gênero, que prescreve modelos biológicos nos quais as diferenças de sexo e gênero dependem de estruturas físicas e psíquicas invariáveis, independente das diferenças culturais e históricas. Levando isso em consideração, para o autor, é importante compreender o sexo e o gênero como tecnologias, nos permitindo remover a falsa dicotomia entre esses dois conceitos que tem por objetivo maior a produção e o controle sobre os corpos dos sujeitos. Do ponto de vista contrassexual o sexo e o gênero são uma tecnologia e podem ser consideradas incorporações prostéticas que se fazem passar por naturais, mas que apesar disso também estão sujeitas a processos de transformação.

4. CULTURA, LINGUAGEM, IMAGEM E MUDANÇA

As noções do que é, ou não, socialmente apropriado sofrem modificações conforme os diferentes momentos históricos e contextos sociais. É importante pensarmos criticamente e modificarmos os referenciais de representatividade presentes na sociedade com a finalidade de abranger e acolher identidades plurais. Esse movimento é importante para que possamos ir além do protagonismo do homem branco cisgênero e heterossexual como modelo de sujeito universal.

Não é de hoje que grupos sociais como os de pessoas dissidentes vêm buscando reconhecimento a fim de transformar a cultura e modificar as estruturas da representatividade. Para isso, a organização coletiva dos corpos se faz muito importante na construção de um novo protagonismo, que caminha de encontro à contemplação de identidades e existências diversas.

Uma prática comum dentro do movimento LGBTQIAPN+ que envolve mudança de linguagem é a utilização de termos ressignificados, como, por exemplo, *queer*. Algumas terminologias que foram inicialmente usadas de forma pejorativa, designando o que considerava-se esquisito, bizarro foram reapropriadas. A partir da década de oitenta, o termo *queer* passou a ser ressignificado por parte da própria comunidade para se referir, agora, de maneira empoderada a si. O resgate desse termo, que passa de pejorativo para uma forma de celebração da diversidade é uma maneira de mostrarmos como a linguagem assume diferentes funções a partir dos contextos em que é usada. Isso nos mostra, também, como o desenvolvimento da linguagem ocorre de maneira ampla e é condicionada às mudanças da sociedade. Esse movimento faz parte da construção da narrativa de diversas identidades dentro da comunidade *queer*, abrangendo identidades de gênero que não são mais colocadas exclusivamente sob ópticas binárias mas, igualmente, identidades neutras ou indefinidas/fluidas.

Com relação ao termo *queer*, existem divergências sobre a tradução adequada para o português. Entretanto, o termo pode ser descrito e traduzido aqui como *dissidentes de gênero e sexualidade*, abrangendo, a partir disso, diversas identidades na tradução. Butler não criou a teoria *queer*, mas é importante ressaltar aqui a importância da autora para a ampliação da utilização da teoria *queer*

a partir de uma óptica não pejorativa, com publicações que remetem e possibilitam a utilização empoderada deste termo.

Ainda sobre termos e linguagem em constante mudança, também é importante observar como, dentro da própria comunidade *queer*, os termos são reivindicados e passam por modificações, como é o caso da sigla que representa a comunidade. As letras da sigla representam diversas identidades. E por isso, esta sigla vem crescendo e abraçando existências mais amplas, muito embora ela tenha começado pequenininha. A primeira sigla²⁴ utilizada foi GL, que derivou do antigo termo GLS, que se refere a gays, lésbicas e “simpatizantes”. A partir disso, foi feita a primeira alteração: LGBT, buscando representar também pessoas trans e bissexuais. Após a primeira atualização, a sigla vem sendo gradualmente alterada. Hoje é utilizada como LGBTQIAPN+, incluindo identidades interssexuais, assexuais, panssexuais, e não binárias.

Embora esses arranjos sejam feitos como uma forma de englobar mais identidades, é preciso atentar para não chegarmos a uma saturação de terminologias. Para que a abrangência da sigla não seja mais um meio de segregação de grupos identitários dentro da própria comunidade. Criar um milhão de armários não resolve o nosso problema. O que pode resolver, talvez, seja criar um milhão de representações plurais para pessoas que saíram destes armários.

A utilização e o amplo conhecimento a respeito das siglas e dos termos citados aqui é importante quando pensamos na materialidade que surge ao dar nome às coisas. O ato de nomear é uma derivação de conhecer, quando nomeamos algo, estamos também descrevendo a construção de imagem e significados atribuídos às coisas que conhecemos, desconhecemos ou que achamos que conhecemos. Dentro do contexto médico-psiquiátrico, por exemplo, pessoas trans foram e continuam sendo descritas através do termo “transexualismo”, conforme o manual de diagnóstico estatístico de transtornos mentais. Isso atribui diversos estigmas a pessoas com identidades dissidentes que, nesse contexto, são consideradas ainda como doentes mentais. Para designação, utilizava-se o termo “transtorno de identidade de gênero” que, posteriormente, passou a ser chamado de

²⁴ Esse movimento de mudança pode ser percebido em fontes como os cartazes da parada do orgulho LGBTQIAPN+ que se encontram nos arquivos do Museu da Diversidade Sexual.

“disforia de identidade de gênero”. Com relação a isso, também é importante ressaltar que a homossexualidade foi retirada da lista de transtornos mentais em 1970 e que, apesar disso, a transexualidade foi retirada do mesmo somente em 2019.

As identidades que vêm sendo reivindicadas atualmente, devem muito às pessoas dissidentes do passado, cujas lutas foram de grande importância para a formação dos termos atualmente utilizados, impulsionando mais informações e representações sobre outras identidades de gênero. Essa circunstância e contexto afetam diretamente a possibilidade de mais pessoas não se identificarem com os padrões de gênero binários previamente estabelecidos, uma vez que, atualmente, existe um conhecimento mais amplo sobre outros gêneros e sexualidades. As identidades que assumem, no contexto pós-moderno, uma maior visibilidade passam a contribuir com a construção de outras noções de gênero até então invisibilizadas dentro de instituições como as de ensino. Atualmente, tais instituições têm passado por um momento de modificações, caminhando, cada vez mais, em direção a uma postura contrária a da neutralização das diferenças.

Ao pautar a construção de um padrão de atividades, no contexto da educação, que se desenvolvia a partir de divisões binárias e sexistas - dividindo atividades definidas como femininas e atividades definidas como masculinas, por exemplo - cria-se um roteiro a ser seguido pelos profissionais da área da educação. Por conta disso, a presença de corpos dissidentes e de indivíduos que não se encaixam nessas categorias de gênero e sexualidade, pode representar uma ameaça à reprodução destas normas. Nesse sentido, profissionais da educação precisam ter preparação para mudar de referencial, pautando com isso a importância de que mais indivíduos se sintam representados e conhecendo as implicações da representatividade na vida prática e na forma como essas pessoas virão a se enxergar enquanto ocupam tais espaços.

Ainda de acordo com essa lógica, durante os processos de aprendizado, em especial nas décadas anteriores, o referencial e as narrativas utilizadas para ensinar sempre envolveram a representação ou o protagonismo do modelo branco, heterossexual, e cisgênero. Isso resulta no oferecimento dessa identidade como

modelo a ser seguido e alcançado e no reconhecimento do homem branco cisgênero e heterossexual como sujeito universal. É, esta, uma das razões pelas quais, algumas correntes políticas, ainda perpetuam a ideia de que este sujeito universal não possui uma “identidade”. Desta forma, relegando os debates acerca da identidade aos sujeitos que fogem desse modelo. Os enunciados dos problemas matemáticos; as maneiras de agir; os personagens que conduzimos nas narrativas ao contar histórias e os textos que utilizamos como referência precisam urgentemente apresentar outras possibilidades e pautar o protagonismo e a emancipação de pessoas e existências diversas.

Essa transformação no campo da representatividade e na linguagem precisa ser incluída no convívio em sala de aula e no currículo de escolas e universidades. Estas reivindicações precisam ser verdadeiramente incorporadas no contexto da aprendizagem a fim de não mais promover eventos e datas comemorativas que, na verdade, funcionam como mais uma forma colonizadora de enquadrar outras identidades como inadequadas ou impróprias para serem abordadas nos contextos cotidianos. Como exemplo disso, podemos apresentar o “dia da mulher”, o “dia dos povos originários” ou o “mês do orgulho trans”. Tais eventos, ao estabelecerem uma data para a abordagem desses debates e demandas, limitam esses tópicos a períodos pré-determinados e datas comemorativas de um orgulho com final pré-estabelecido. Na verdade, as existências e as narrativas plurais devem estar incorporadas no cotidiano, transformando, através disso, a estrutura social. É importante reforçar aqui que essa pauta não tem o intuito de negar a importância de datas de comemoração do orgulho, apenas salienta a importância da incorporação dessas pautas no cotidiano: nas práticas rotineiras, nas formas de pensamento e ações e não apenas nas datas pré-estabelecidas que, nesse contexto, podem ser utilizadas por marcas com apelo comercial.

Os efeitos materiais da falta de representatividade e do protagonismo de uma ampla gama de identidades têm impacto direto na vida de todos os indivíduos. Mesmo fora dos ambientes de ensino, essa exclusão sistemática se faz presente na construção de um imaginário social coletivo, ou seja, das regras e condutas sociais que moldam o que as pessoas naturalizam ou caracterizam como inadequado, esquisito ou diferente. Os efeitos causados pela falta de representatividade ao longo

de toda a vida, desde a entrada no período escolar até a formação acadêmica, se materializam em situações envolvendo dificuldades em diversas áreas. Do ponto de vista legal, pessoas da comunidade LGBTQAIPN+ podem encontrar dificuldade para realizar processos envolvendo casamento, adoção e, até, o recebimento de pensões em caso de morte de cônjuge. Isso ocorre pois a sociedade, ao não legitimar as relações desses sujeitos, também não os ampara legalmente para que consigam acessar seus direitos. Isso acontece, justamente, por que as leis são criadas a partir do referencial e das necessidades de casais ou pessoas cisheteronormativas. O mesmo também acontece em outros contextos, como nas escolas e universidades, afinal, os processos jurídicos e burocráticos dessas instituições normalmente são criados pautando exclusivamente as necessidades de indivíduos cisgêneros.

Na direção da criação de novos referenciais, a comunidade trans vem destruindo diversos estereótipos no que diz respeito à expressão de gênero. A partir disso, estão sendo criadas novas narrativas que não mais se baseiam em um único referencial de transgeneridade, muitas vezes, carregado de estereótipos. À medida que a sociedade foi tendo mais acesso às identidades trans, foi, também, se desenvolvendo a ideia de que se uma pessoa é trans ela precisa necessariamente transicionar de um polo binário de gênero para o outro. A partir disso se construiu a narrativa de que toda pessoa que renega o gênero que lhe foi atribuído antes ou durante o momento do nascimento, busca a expressão do gênero oposto restritivamente. Essa narrativa pressupõe que existem apenas dois caminhos binários dentro da transição de gênero e essa ideia vem sendo desafiada especialmente por categorias socialmente marginalizadas, como as identidades travestis e de pessoas não-binárias.

Quando uma travesti afirma que não deseja passar por cirurgias de redesignação sexual e que é mulher independente do seu órgão sexual, ela está desafiando as regras e condutas de construção de gênero que foram socialmente implementadas e enraizadas no imaginário social do que é ser uma pessoa trans. A possibilidade legal de mudança de nome e gênero sem precisar realizar cirurgias ou passar por processos hormonais e médicos também contribui para uma forma de resistência contra a patologização das identidades trans, favorecendo um movimento de resistência contra o controle médico dos corpos de pessoas

dissidentes. A existência de identidades que questionam e desconfiguram até as expectativas de gênero que estavam colocadas para pessoas trans, evidenciam a necessidade de desmistificar as questões relacionadas ao gênero e à sexualidade. Isso reflete, principalmente, no conceito de “parecer” ou “não parecer” uma pessoa trans, dentro do olhar da cisgeneridade.

Novamente voltando ao campo da linguagem, é facilmente perceptível que a mesma passa por mudanças ao longo do desenvolvimento histórico da sociedade, caso contrário, ainda faríamos uso de formas de tratamento como “vossa mercê”. No entanto, o uso e a transformação do idioma, fez com que “vossa mercê” virasse “vosmicê” e, como resultado disso, atualmente a língua portuguesa no Brasil tem um novo pronome usado amplamente no cotidiano: o você. Em diversos contextos a terminologia utilizada passou por atualizações, a fim de servir cada vez mais a população que faz uso dela. A linguagem portanto é um processo que está em constante mudança e essas mudanças devem ser acompanhadas de práticas de inclusão, como o conhecimento sobre as mudanças no campo da linguagem. A transgeneridade é uma forma de pensar o mundo, mas ser trans não é apenas pertencer a uma identidade, é uma condição sócio política. As palavras que nomeiam as nossas experiências estão em constante mudança, os temos como utilizamos e a maneira como a linguagem se desenvolve é mutável e não podemos ser engolidos e apagados pelas barreiras terminológicas.

Imagem 3 - Reação



Fonte: Nuna Noia, 2022.

4.1 O DESAFIO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

É impossível desenvolver a respeito do campo da educação sem pautar a importância e os desafios voltados para profissionais dessa área na atualidade. A educação Brasileira, em especial a educação pública, é perpassada por diversos embates, bem como pela crescente desvalorização e marginalização de profissionais nessa área.

Professoras/es, apesar de serem grandes influências dentro na sala de aula, também tem a sua atuação profissional influenciada por diversos fatores, entre eles as questões salariais, estruturais e hierárquicas que permeiam a materialidade das suas condições de vida e dos processos envolvendo a sua saúde física e mental. Perante o adoecimento psíquico enfrentado por essa categoria, é importante ressaltarmos que, a melhoria das condições de trabalho e de vida dessa categoria de profissionais está diretamente ligada ao quanto conseguem oferecer dentro de sala de aula. As escolas e as universidades como conhecemos hoje são herdeiras dos séculos anteriores, não podemos esquecer que a atuação dos profissionais dentro desse espaço também carrega as marcas de uma educação historicamente desenvolvida com propósitos que também são ideológicos.

Os centros educacionais, portanto, carregam a herança enraizada das ideologias hegemônicas. Quando a educação não é pensada de forma libertadora ela pode colaborar para o anulamento das diferenças. Apesar de que, numa sociedade democrática, todas as pessoas são iguais perante a lei, é importante ressaltar que cada pessoa tem suas necessidades particulares. Anular a diversidade sociocultural dos indivíduos acaba por gerar a ideia de que todas/os estudantes têm as mesmas oportunidades. Sabemos que este pressuposto é errôneo e propagador de princípios equivocados, como o da meritocracia. As instituições de ensino foram criadas para desenvolver um papel específico na sociedade e que, desde a sua estrutura fundamental, esse não foi um espaço que acolhia e incentivava a pluralidade, pelo contrário: foi pensada para diluir as diferenças e propagar a ideia do desenvolvimento e unanimidade.

Apesar de inúmeros avanços com relação ao papel das instituições de ensino na educação, é necessário que os professores estejam dispostos a

transformar as dinâmicas de atuação e a didática dos espaços de ensino para que a diversidade seja abraçada e não mais escondida. A educação é um campo integralmente ligado à cultura e a cultura, por sua vez, é constituída de práticas e parâmetros coletivos que vão sendo gradualmente alterados com o passar do tempo. Para acompanhar esse desenvolvimento é preciso repensar questões vinculadas ao estabelecimento das relações de poder em diversos contextos políticos e sociais. Essa atenção deve ser especial nas áreas da educação, sendo elas de grande importância na formação e desconstrução de opiniões e preceitos. A partir do que abordamos até o momento, é perceptível a necessidade de modificar as práticas educacionais, buscando atitudes que não mais silenciem as diferenças. Através disso poderemos romper com ideias de autoritarismo e meritocracia, desenvolvendo um ambiente de ensino e aprendizado permeado pelo respeito com questões culturais e com existências plurais.

No que diz respeito às estruturas envolvendo a sala de aula, podemos perceber como os processos de formação podem ser instrumentos importantes na construção da educação inclusiva. Nesse sentido, é importante pautar como o desenvolvimento da própria identidade e de uma visão de mundo de cada um afeta diretamente na nossa compreensão sobre as outras pessoas..

É necessário desenvolver consciência sobre a própria identidade e sobre o que naturalizamos, ou não, de acordo com o contexto em que temos inserção na sociedade. É preciso pensar criticamente sobre o que nos foi ensinado como adequado ou inadequado em determinados contextos. A maneira como enxergamos outras pessoas também está diretamente ligada a nós e ao que consideramos que faz parte de nós enquanto grupo social, ou estranhamos por falta de conhecimento ou de convívio. A anulação da diversidade nos espaços de ensino pode resultar em diversas pressuposições estereotipadas acerca do outro. O reconhecimento dessas questões pode ser a chave para compreender os sentimentos que temos pelos outros, especialmente por quem é diferente de nós, possibilitando que sejam feitas mudanças relacionadas à forma como tratamos as diferenças existentes em contextos sociais e culturais gerais e não apenas nos espaços ligados à educação.

No artigo *Ser professor hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas* (2014), Vera Maria Ferrão Candau, introduz o conceito de *daltonismo cultural*, onde a autora apresenta a ideia de uma cultura escolar na qual professoras/es podem ser meios de reprodução de atitudes que favorecem a monocultura e, conseqüentemente, influenciam negativamente na relação da dinâmica dos espaços de ensino e aprendizado com a diversidade. Essa dinâmica pode ser prejudicial e desenvolver situações perversas com relação a existência de pessoas dissidentes nos espaços de educação. Isso também se desdobra como gerador de índices de abandono escolar e sentimentos negativos relacionados a esse ambiente.

O daltonismo cultural pode ser uma reprodução feita de maneira voluntária, ou não, uma vez que os profissionais da educação também estão inseridos em contextos ideológicos e sociais. Este deve ser pensado como um conceito importante no processo de desnaturalização de práticas de atuação que possibilitem o desenvolvimento de dinâmicas interventivas e caminhem em direção a educação libertária. O reconhecimento da diversidade no ambiente de ensino e aprendizado também é importante para a construção de um currículo que seja coerente com os princípios ético-políticos do Serviço Social, auxiliando também com relação a ampliação do acesso à educação.

Professoras/es atuam na mediação de diversas situações que estão sujeitas a reconstrução perante os conflitos ideológicos que permeiam a convivência de pessoas diversas no mesmo espaço. Portanto, é interessante que profissionais da área da educação atuem promovendo o reconhecimento das diferenças e uma integração social que valorize a diversidade. É necessário pensar e agir de forma combativa em relação às diversas violências produzidas, muitas vezes, por falta de questionamento.

Nas palavras de Butler em sua obra *Corpos em aliança e a política das ruas*:

Somos como corpos, vulneráveis aos outros e as instituições, e essa vulnerabilidade constitui um aspecto da mobilidade social por meio do qual os corpos persistem. A questão da minha ou da sua vulnerabilidade nos implica em uma questão política mais ampla sobre igualdade e desigualdade, uma vez que a vulnerabilidade pode ser projetada e negada (categorias psicológicas) mas também explorada e manipulada (categorias

sociais e econômicas) no curso da produção e da naturalização das formas de desigualdade social (Butler, 2018, p. 231).

Um dos maiores desafios destinados a profissionais da educação nesse contexto é aceitar e considerar a diversidade dos sujeitos e das identidades como um fator positivo. Viver o desenvolvimento da área da educação também é aceitar a multiplicidade dos sujeitos, abandonando, através disso, discursos e práticas que vêm sendo vagarosamente confrontados nesse meio.

bell hooks (2013) aborda o conceito de *educação bancária*, que foi desenvolvido por Paulo Freire em *A pedagogia do oprimido*. De acordo com esse conceito, a educação bancária seria uma educação de depósitos, na qual é preciso decorar um assunto, reproduzir esse assunto em sala e cobrar que quem tem matrícula naquela disciplina decore o assunto para passar em uma avaliação. Esse modelo de educação é pensado como se houvesse apenas uma resposta certa, ou uma maneira única e universal de desenvolver ou explicar sobre determinado assunto. Partindo disso podemos presumir também que existe apenas um ponto de vista válido, ou uma maneira única e universal de abordar qualquer temática.

Tanto a obra de Freire, quanto o desenvolvimento desse tema por bell hooks, criticam o modelo da *educação bancária* pois a mesma não incentiva o pensamento crítico, nem que estudantes busquem novas maneiras de pensar o mundo e compreender a realidade e as condições históricas, sociais e políticas nas quais estão inseridos.

Imagem 4 - Bagagem Emocional



Fonte: Nuna Noia, 2022

4.2 MICRO REVOLUÇÕES POSSÍVEIS

Nas seções anteriores, podemos perceber a necessidade de realizar modificações nas práticas de ensino para desenvolver um olhar que leve em consideração a diversidade. A partir disso, podemos contribuir com o debate e com as mudanças tanto no âmbito institucional quanto com relação às práticas de sala de aula, levantando possíveis avanços nos direitos sociais e políticos das pessoas dissidentes de gênero nos espaços de ensino.

Serviço Social e diversidade: Ao atender pessoas trans, é importante nos atermos a algumas questões presentes no cotidiano profissional, mas que podem ser práticas úteis no âmbito da educação. Uma sugestão aqui é que Assistentes Sociais e Professoras/es fujam da perspectiva da patologização de identidades gênero dissidentes e busquem evitar associar a comunidade LGBTQIAPN+ à doença mental. Essa postura contra a patologização também contribui como um estímulo para maior participação e integração dessa categoria em diversos espaços, pois, também, nos incentiva a pensar a partir de uma perspectiva interseccional, que considere questões de classe, gênero, sexualidade, raça e etnia. Pensando a partir dessa perspectiva também é importante compreender as demandas da população no que se refere a área da saúde, sem limitar ou reduzir o atendimento dessas pessoas às modificações corporais. Esse tópico também nos coloca a necessidade de ouvir as demandas da população trans, para, a partir disso, conhecer as suas necessidades para poder informar de maneira correta sobre os direitos sociais, contribuindo para o fortalecimento dos serviços acessados por essa população.

Necessidade de falar e de ouvir: Quando pensamos a respeito de quais pessoas têm mais ou menos facilidade para exercer a fala pública e reivindicar espaços, não podemos esquecer que o desenvolvimento dessa habilidade também tem relação com a opressão histórica que se construiu em cima das existências dissidentes de gênero. A deslegitimação da fala de pessoas trans influencia na inviabilização das demandas desses sujeitos perante ao Estado e dentro de instituições. Apresentada essa questão, é necessário reforçar a escuta ativa, para que seja possível dar espaço e protagonismo de fala às pessoas no que diz respeito às violações de seus direitos e no reconhecimento das mazelas presentes na vida

social. Um escuta ativa contribui dando espaço para que um movimento historicamente oprimido construa mais redes de resistência coletivas, que possam fortalecer as lutas e as estratégias cotidianas também nos espaços de reivindicação de direitos.

Atenção aos pronomes: É possível sugerir através do que foi abordado até aqui, que as dinâmicas presentes na sala de aula sofram a incorporação de determinadas práticas, como as de apresentação no início do semestre, ou em dinâmicas grupais, onde todas as pessoas presentes colocam, além do seu nome, também os pronomes de tratamento que utilizam. Essa prática foi pensada para se desenvolver oralmente em sala, mas também pode ser incorporada por exemplo em formulários e outros instrumentos de comunicação. Nesse sentido, reforço aqui a necessidade em prestar atenção na maneira como cada pessoa fala de si, pois ao observarmos como as pessoas se autodenominam já temos uma outra maneira de saber quais pronomes de tratamento usar. A prática de prestar atenção aos pronomes, se instaurada no cotidiano, é muito interessante e enriquecedora como exercício educacional, e profissional.

Ainda dentro deste tópico, a incorporação dos pronomes como uma questão fundamental de apresentação também é um recurso interessante a ser instaurado, uma vez que permite que as pessoas trans exponham seus pronomes de tratamento assim como todas as outras pessoas da sala de aula, fazendo isso como prática coletiva. Essa alternativa pode reforçar a importância da pergunta, bem como a importância do cuidado e do respeito com essa questão. O compartilhamento de conhecimento através de novas práticas e dinâmicas nem sempre é encarado como algo positivo. Mas, apesar disso, a organização de novas práticas que contemplem e ampliem o conhecimento sobre a pluralidade das existências dissidentes de gênero se faz necessária.

Nome Social: O nome social é uma política instituída e obrigatória, desde 2015. A respeito de seu uso pelos membros da comunidade acadêmica, podemos afirmar que, apesar de ser uma estratégia de ser importante, não é o suficiente para enfrentar o problema da transfobia no ambiente de ensino. A política de uso do nome social muitas vezes não consegue amparar estudantes na totalidade de suas

necessidades. Uma vez que o nome não mais utilizado segue disponível em diversos outros registros acadêmicos e, por conta disso, continua sendo utilizado em uma série de serviços burocráticos. O nome social é, portanto, uma oportunidade para que estudantes exerçam a cidadania. Mas o processo de implementação desta política precisa ser acompanhado de outras estratégias de enfrentamento pensadas para facilitar a atualização dos dados nos casos em que a pessoa já conseguiu realizar a retificação dos registros em cartório. Para além dos processos burocráticos, a falta de capacitação de profissionais que atuam em diversos setores da educação para com o uso destes recursos dificulta desde o ingresso de pessoas trans ao ensino superior, até a sua permanência e as possibilidades de conclusão do curso. Apesar de sua implementação legal, é importante ressaltar que ainda existe resistência por parte de membros do corpo acadêmico com relação a políticas como a do nome social. E que, mesmo após a implementação de legislação que garante os direitos das pessoas trans, existem estudantes que não se sentem confortáveis para questionar e denunciar casos de transfobia devido aos jogos de poder e autoridade que atravessam a estrutura universitária.

Representatividade: Anteriormente, abordamos a importância da representatividade ir além do imaginário do homem cisgênero branco ou do conceito de família não se limitar ao modelo “comercial de margarina”: um imaginário de família composta por um homem cis, uma mulher cis, e filhos. Com relação a isso, precisamos reforçar a importância da representatividade positiva sobre identidades dissidentes de gênero em espaços variados. A representação positiva é um instrumento importante para que pessoas com narrativas distintas da cisgêneronormatividade se enxerguem representadas de maneira não pejorativa em museus, nos livros de história, durante as aulas e em diversas outras instâncias da educação. Esse reconhecimento da existência das pessoas dissidentes de gênero, colocado de maneiras não mais depreciativas e reconhecendo os que vieram antes, pode ajudar romper com o imaginário de que as experiências de gênero além da cisnormatividade são um fenômeno atual.

É interessante observar, também, como as pessoas são integradas em categorias que estão disponíveis dentro do período histórico que elas ocupam e que, antes mesmo de criarmos denominações para caracterizar pessoas com vivências

divergentes de gênero, já existiam práticas, recursos e tecnologias ligadas a isso. Embora sejamos constantemente apresentados ao gênero como dois pólos binários, e “permanentes”, pessoas com vivências dissidentes e que não acessaram a denominação “trans”, existiram mesmo muito antes do desenvolvimento teórico sobre o movimento e as identidades da comunidade LGBTQIAPN+. Estas pessoas, no passado, já vivenciavam e expressavam gênero de outras maneiras. (NEDEL, 2020, p.31)

Essas práticas transformadoras acima citadas, de maneira isolada não produzem tantos efeitos. No entanto, se aplicadas de maneira ampla, contemplando fatores que interferem na permanência de pessoas dissidentes de gênero na área da educação, poderiam proporcionar o desenvolvimento de mais práticas de inclusão da diversidade nos espaços de ensino e aprendizagem.

Sabemos que os espaços de ensino e a maneira como se desenvolvem historicamente os contextos de sala de aula poderiam sofrer transformações que fizessem do aprendizado um processo mais inclusivo em diversas instâncias. Em vários níveis de escolarização, da escola até a universidade, a forma como ensinamos tem relação direta com o desenvolvimento do aprendizado, e ensinar através de uma única norma imutável, de um único ponto de vista tido como universal se torna um exercício de injustiça. É preciso, na posição de educadoras/es, que os profissionais estejam dispostos para a mudança, compreendendo que essa é uma necessidade coletiva, que não deveria ser vista como uma escolha pessoal.

Temáticas abordadas nos currículos: No que se refere ao âmbito curricular podemos perceber a ausência, e partir disso também a necessidade de incorporação da história do movimento LGBTQIAPN+ aos planos de ensino e nos currículos da área da educação. Entretanto, deve ser um processo feito através de uma curricularização efetiva, na qual, além de incorporar textos e autoras/es, seja possível também pensar a partir das perspectivas e problematizações apresentadas pelas pessoas que escreveram os textos sobre os quais estamos trabalhando. As narrativas que nos são apresentadas no cotidiano através de diversos espaços que ocupamos, do que assistimos e do que consumimos em todas as escalas, está diretamente ligado à produção de um imaginário sobre o que é “natural” em

determinado contexto social e histórico. A partir do movimento de aprender com os que vieram antes, além de termos mais redes de referência, quebramos diversos paradoxos, entre eles a ideia de que antigamente as práticas de dissidência e outras vivências de gênero não existiam. Com esse movimento podemos desnaturalizar o gênero como uma vivência estática e imutável, uma vez que a fluidez de gênero e expressão também ocorre em pessoas cisgêneras.

Nesse tópico se faz importante ressaltar como a inclusão de determinados temas no currículo e dentro da sala de aula não é efetiva se feita de maneira isolada. Ou seja, não adianta apenas inserir a diversidade referente ao que conhecemos hoje como comunidade LGBTQIAPN+ nos currículos educacionais se, ao abordarmos autoras/es que falam sobre a diversidade, não debatermos isso fazendo referência às práticas e as possibilidades cotidianas que envolvem as expressões da diversidade dentro dos espaços que ocupamos. A incorporação precisa ser nas práticas cotidianas, pois incluir um texto na grade curricular e abordá-lo de forma isolada durante uma ou duas aulas não é suficiente. Precisamos fazer referência ao aprendizado teórico pautando a diversidade nos exemplos e nas temáticas desenvolvidas e estudadas no cotidiano.

Sistemas e registros: É necessário rever a disposição presente em sistemas de identificação, crachás, sistemas de informação, cartões para acessar serviços de saúde, listas de chamadas, e outros. Com relação a isso, precisamos desenvolver um sistema de informações que pautar a necessidade de sigilo, no caso de pessoas trans, sobre o nome que esteve no sistema anteriormente, caso a pessoa utilize o nome social por exemplo ou tenha entrado na instituição tendo vínculo ao nome que não utiliza mais. O nome que não é mais utilizado precisa estar protegido e não pode ser acessado por qualquer pessoa facilmente, caso contrário esse sistema não se torna efetivo, por isso os detalhes sobre como as informações aparecem publicamente se tornam tão relevantes.

Necessidades básicas: No que diz respeito aos espaços físicos, diversos deles ainda são divididos através do gênero, como as filas para a utilização de banheiros. No caso dos banheiros, especificamente, são inúmeros os relatos de violência física e verbal contra pessoas dissidentes de gênero. Esse assunto é um

catalisador de diversos desconfortos para pessoas dissidentes de gênero que são violentadas ou barradas de espaços pelo simples fato de precisar ir ao banheiro. Nesse sentido, é interessante pensar alternativas de maneira estratégica e pautando o bem estar coletivo de todas as pessoas que utilizam o banheiro destes espaços. Se partirmos do que poderia ser feito, de maneira mais imediata, a possibilidade de uma terceira opção, sendo essa um banheiro sem marcação de gênero, poderia ser uma alternativa temporária. Compreendendo essa alternativa como emergencial, a mesma pode e deve ser reavaliada e modificada na medida que ampliamos esse debate e compreendemos os desdobramentos dessa demanda.

Diálogos abertos: Em concordância com o que foi apresentado até aqui, é visível a necessidade de lutarmos por melhores condições de ensino para pessoas dissidentes de gênero e melhores condições de trabalho para profissionais da área da educação e Assistentes Sociais. Professoras/es e os demais membros das universidades e das escolas, precisam passar por etapas de formação que propiciem, além da transmissão de conhecimento sobre diversidade e outros temas, a abertura de um espaço seguro no qual essas pessoas tenham a oportunidade de se expressar, falar de seus medos e anseios, criando estratégias coletivas para o exercício do respeito dentro e fora da sala de aula, nos espaços de educação como um todo.

Esse movimento apesar de parecer simplório, vai contra o desenrolar de narrativas individualistas e é uma forma de conhecimento que possibilita que, dentro dos espaços de ensino, ninguém permaneça invisível por medo de participar de debates. Nesse sentido, não digo que é interessante que as pessoas sejam forçadas as participações sob o terrorismo de perder notas, como pode ocorrer, mas sim que todos tenham o espaço de fala garantido para desenvolver essa habilidade, pois assim esse se torna um espaço em que mesmos os indivíduos mais introspectivos tem a chance de exercitar, tão brevemente quanto for desejado, o exercício importante de estar com a palavra.

O campo da educação precisa questionar o modelo que hooks e Freire nomearam *educação bancária*. É necessário que as práticas pedagógicas abracem a possibilidade de questionar, para que o conhecimento não seja meramente o

partilhar de informações, mas um espaço de possibilidade de renovação e crescimento. Em conformidade com isso podemos compreender a necessidade de modificar as práticas pedagógicas, podendo, a partir disso, criar novas formas de saber e estratégias sobre como partilhar o conhecimento de formas mais acessíveis que propiciem um ambiente com ampla participação. É dentro da sala de aula que devemos ter abertura para a exposição e debate de novas perspectivas, propiciando um ambiente seguro para a problematização das práticas de ensino. Além de pensar, podemos sempre repensar e, através desse movimento, rever o que já está colocado, construindo novas formas de agir dentro da sala de aula, que possibilitem a transgressão como uma prática de liberdade. Uma educação onde reproduzimos sem questionar é uma educação onde memorizamos e memorizar não quer dizer necessariamente que a pessoa aprendeu. A educação se faz quando o aluno compreende, podendo explicar o processo de aprendizado com suas próprias palavras.

Ir em busca de práticas pedagógicas que se desenvolvam contra a dominação e o conservadorismo é possível, apesar das inúmeras dificuldades que estão atualmente colocadas para a área da educação. E buscar práticas que não reforcem o sistema de dominação e de preconceito vigentes é uma estratégia importante. A pedagogia engajada, que busca valorizar a expressão de todas as pessoas presentes na sala de aula, é um ótimo exemplo, pois propõe, além do fortalecimento e da capacitação de estudantes, que esse processo também seja direcionado e pensado para auxiliar e amparar professoras/es. Quando em uma sala de aula professoras/es também se colocam na posição de pessoas dispostas a aprender, trazendo exemplos próprios e expressando as suas preocupações, deixam de ser agentes vistos apenas como vigilantes, e passam a integrar o conhecimento com seus alunos. (hooks, 2013, p. 35)

Aqui a pedagogia engajada que é uma proposta de bell hooks, aparece como uma solução pois possibilita a criação de espaços de oposição analíticos, que podem ser uma estratégia para não reforçar os sistemas de dominação vigentes, trazendo para a educação práticas de resistência. As ações pedagógicas que buscam proporcionar mais envolvimento aumentam, também, a capacidade de pensar criticamente.

Aprender se torna mais fácil quando as nossas experiências e percepções são consideradas significativas e tem reconhecimento. Ser visto como um sujeito digno e válido nos espaços de ensino só parece bobagem para quem nunca foi visto de outra forma. Pois, quem foi, sabe que a educação nunca é politicamente neutra e que, para mudarmos os paradigmas pré estabelecidos, é necessário dialogar com as possibilidades a partir do que já está sendo feito. É preciso questionar, além das ideias, também, os nossos hábitos de ser e nossas formas de fazer dentro da educação. Nesse sentido, quando questionamos os nossos hábitos, estamos nos esforçando para produzir mudanças na maneira de pensar e essas mudanças, por sua vez, geram novas práticas cotidianas.

O poder que existe nos processos de sala de aula é, também, vinculado aos aprendizados do cotidiano: do trabalho que fazemos coletivamente para mudar a maneira como vemos a sala de aula e como a diversidade é encarada neste espaço. O desenvolvimento do pensamento crítico, através da análise da realidade, exige muito mais esforço do que a mera reprodução do ensino através do conceito da *educação bancária*. Esse é um dos principais problemas quando se trata de movimentos de mudança, afinal questionar a realidade é absolutamente mais trabalhoso do que reproduzir uma noção da realidade tida como verdadeira em determinado contexto sócio-histórico.

Imagem 5 - Saída Coletiva



Fonte: Nuna Noia, 2022.

5. CONCLUSÃO

Pelos diversos motivos apresentados até aqui, fica explicitada a necessidade de modificarmos os discursos e as ações coletivas nas estruturas presentes no interior da área da educação. Desta forma, possibilitando que as diferenças estejam positivamente presentes em sala de aula, nos currículos, nos temas abordados e nas propostas pedagógicas que serão apresentadas. O desafio colocado aqui, além das incorporações práticas, também, é o desafio de desapegar de um sistema de ensino que utilizamos como base. A educação passa por modificações que podem ser extremamente desafiadoras que são acentuadas pela falta de formação e preparação necessária para modificarmos as posturas hierárquicas herdadas de um sistema de educação que foi desenvolvido, inicialmente, para ser intransigente e incontestável.

A amplitude dessa reivindicação é mais extensa do que a mera integração dos sujeitos nos espaços de ensino: é a busca pela modificação de uma lógica estrutural que rompe e desfaz um pacto de referencial. A presença e o protagonismo de sujeitos diversos, com existências que vão além das expectativas de gênero pré determinadas, permeia não só o período social e histórico em que estamos inseridos, mas também as reivindicações das pessoas dissidentes de gênero que vieram antes. Essa trajetória expõe o desenvolvimento das lutas da comunidade LGBTQIAPN+ ao longo de décadas para que hoje seja possível desenvolver esse assunto abordando especificamente a área da educação.

Quando falamos em debates e temáticas que, por muito tempo, foram um tabu, o processo de diálogo crítico com essas questões pode ser encarado como um mapeamento de novas jornadas às quais precisamos tomar posse através do conhecimento das coisas que já estão teorizadas. Ao romper com o pacto de silêncio abordando temas relacionados à diversidade e dissidência de gênero nos espaços da educação, estamos realizando um movimento de potência. Quando nos propomos, apesar das possíveis dificuldades a serem enfrentadas, a debater a diversidade, estamos fazendo um movimento de coragem. E, essa coragem, também existe no esforço coletivo para abordar esses temas de formas mais

simples, que possibilitem que todos consigam compreender e acessar esse conhecimento.

Dentro da sala de aula, um espaço de aprendizado, devemos desenvolver também a perspectiva crítica e uma educação que se desdobre a fim de fazer com que os espaços de ensino consigam ouvir a voz de todas as pessoas que o ocupam. Com esse movimento existe também a possibilidade de que mais pessoas se sintam responsáveis por contribuir com a construção de conhecimento nos espaços pedagógicos.

Na medida em que as salas de aula se tornam espaços mais diversos, é impossível não enfrentar novos desafios e anseios, em especial, na posição dos profissionais na educação. Entretanto, é preciso analisar a dominação presente no campo da educação, desenvolvendo os espaços de ensino para que o contexto educacional seja conduzido a novas dinâmicas de atuação. Apesar de desafiador, pensar sobre o aprendizado de outras formas também é propiciar uma mudança de paradigmas. Questionar o campo das ideias é questionar posteriormente as práticas, os hábitos e as formas de ser e fazer.

Precisamos criar a partir da pluralidade e das diferenças o desenvolvimento de novas narrativas de sala de aula, nas quais, a relação entre professoras/es e estudantes, seja presenciada através de outras perspectivas e práticas. A fim de que, através dessas práticas, alguns estudantes não sintam que o silêncio é a melhor estratégia para continuarem nestes espaços. A manutenção das opressões, apesar de feita de maneira coletiva, deve reconhecer e levar em consideração o valor de cada um de maneira individual, sem que através disso sejamos capturados por uma única perspectiva.

Pensar criticamente é um movimento que deve ser feito por todas as pessoas em instâncias coletivas, mas que também se faz de maneira individual. Uma vez que pessoas diferentes compreendem e enxergam a mesma realidade por perspectivas distintas. Através do compartilhamento desses pontos de vista sobre a sala de aula é possível contribuir para a ampliação das noções e do conhecimento coletivo sobre gênero e sexualidade nesses espaços. Ao afirmar isso, não coloco que seja suficiente que as pessoas modifiquem a sua maneira de pensar, mas sim

que, a mudança na maneira de pensar, permite que ocorram mudanças de atitude. A conscientização, portanto, é um dos meios mas não é o fim e deve ser relacionada a aplicação prática das situações sobre as quais discorreremos teoricamente.

No contexto da educação, bem como no Serviço Social, é necessário realizar o enfrentamento do conservadorismo no tempo presente, em conjunto com a defesa da laicidade do Estado e com o compromisso com a descolonização. Através do desenvolvimento desse trabalho, buscamos explorar o papel de professoras/es e de estudantes em sala de aula, colocando ambos como importantes e responsáveis pelo desenvolvimento dos debates e da produção de conhecimentos. Buscamos, através da exposição de temas relacionados à diversidade, produzir novas discussões nesse campo, que possibilitem o questionamento sobre o modo de pensar, ensinar e participar. Afinal, o trabalho pedagógico nos afeta para além das fronteiras da sala de aula. Quando dentro da sala de aula falamos sobre o acesso à educação, podemos também refletir sobre os corpos que ocupam esse espaço e como isso ocorre de maneiras distintas para sujeitos diferentes. Ao fazermos essa reflexão estamos desafiando o sistema da reprodução pela reprodução, uma atitude que interfere em nossas percepções também fora do espaço da sala de aula. E, a partir disso, podemos propiciar maiores possibilidades de fazer recortes de gênero, raça, classe, etnia, e sexualidade e pensar nas diferenças sociais, políticas e culturais que existem entre os sujeitos a partir dessas questões.

Mesmo hoje, um grande número de estudantes já se acostumou (e por esse fator) acabam preferindo as formas de ensino convencionais ou, até mesmo, estranhando maneiras de ensinar que não sejam derivadas do sistema de educação *bancária*. Com relação a isso, apesar das mudanças na maneira como ensinamos e aprendemos, esses questionamentos são necessários quando buscamos um sistema que não reforce as hierarquias.

Tanto dentro dos espaços da educação, quanto na atuação de Assistentes Sociais o pensamento crítico é um elemento que se faz necessário para que exista a possibilidade de trazer mudanças práticas. A ausência da criticidade torna esses espaços locais de reprodução em que a mudança não ocorre. Fator esse, que também está relacionado ao controle, sendo um dos motivos para que, em contextos

autoritários, o pensamento crítico e o questionamento sobre a realidade na qual estamos inseridos não seja encorajado.

As práticas e formas de pensar que foram abordadas aqui podem contribuir de maneira ampla para um futuro em que seja possível encontrar relatos e registros sobre experiências de gênero divergentes através de referenciais positivos e de uma memória histórica que apresente narrativas dissidentes que não estejam mais permeadas pela patologização e pela violência. O apagamento histórico das narrativas dissidentes de gênero é uma ferramenta política que, como vimos ao longo do desenvolvimento desse trabalho, tem relação direta com os regimes autoritários e conservadores. O autoritarismo visa apagar essas pessoas dos registros do passado, afetando também o seu reconhecimento no presente e consequentemente a construção do futuro. Precisamos a partir disso desenvolver um projeto pedagógico engajado, que possa ser voltado para a educação como um princípio de liberdade e se desdobre como uma ferramenta histórica importante na luta contra o apagamento. E isso passa pela inserção de pessoas dissidentes de gênero em espaços de ensino e de aprendizagem. A partir das propostas realizadas neste trabalho, podemos buscar modificações no imaginário coletivo que ocorram de maneiras reparadoras e que possam abrir espaço para o debate da diversidade nesta área. E assim, se reverter em mudanças concretas na sociedade.

Como forma de concluir esse trabalho também pode ser proposto que o último capítulo do mesmo seja transformado em uma cartilha ilustrada, podendo a partir disso ser transformado em instrumento formativo.

REFERÊNCIAS

- BERNARDES, A. G. et al.. Psicologia e regimes de verdade nas práticas de promoção da saúde. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 2–8, jan. 2016.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 287 p.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas**. Educação, [S.L.], v. 37, n. 1, p. 33, 19 mar. 2014. EDIPUCRS.
- CASTRO, Manuel Manrique. **A História do Serviço Social na América Latina**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 91 p.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate**. Brasília: Cfess, 2020. 167 p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroSeminarioTrans2015-Site.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013. 431 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 129 p.
- hooks, bell. **Ensinando Pensamento Crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020. 283 p.
- hooks, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2013. 286 p.
- LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. 128p.
- NEDEL, Juno. O CORPO COMO ARQUIVO: tensionando questões sobre história e memória trans. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, v. 1, n. , p. 16-41, jul. 2020. Disponível em: <https://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Completa-v-especial-jul-2020.pdf>. Acesso em: 07 out. 2023.
- PANTE, Ana Luiza et al.. **Pessoas trans – travestis, transgêneros e transexuais – no ensino superior: acesso, permanência e sucesso na fundação universidade federal de rondônia**. E-BOOK X CINABEH - Vol 01... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/75101>>. Acesso em: 13/10/2023 19:08

PRECIADO, Paul. B.. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2017. 223 p.

SILVA, Keo. **Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015)**. Revista Crítica Cultural 14(2):209, Dezembro de 2019.

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. **Perspectiva**, [S.L.], v. 38, n. 2, p. 1-25, 16 jun. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 95 p.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia a atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020. 726 p.

VIANA, Carolina Pinto; DELGADO, Igor Matheus; ROSA, Anderson; NEVES, Vanessa Ribeiro; SIQUEIRA, Lucíola D'Emery. **A vivência de estudantes transgênero na universidade**. Acta Paul Enferm, v. 35, eAPE01966, ago. 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade**. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009. p. 1-2

ANEXO I: GLOSSÁRIO DE TERMOS

Lésbica: Mulher que sente atração sexual e afetiva por outras mulheres.

Gay: Homem que sente atração sexual e afetiva por outros homens.

Bissexuais/Panssexuais: Pessoas que sentem atração sexual e afetiva por homens, mulheres, ou pessoas com outras identidades, independente do gênero.

Transgênero: Pessoa que não pertence ao gênero que lhe foi atribuído durante o processo de gestação ou no nascimento.

Queer: Termo guarda chuva que engloba pessoas com diversas identidades que não se encaixam na cishéteronormatividade.

Intersexual: Pessoas que não se encaixam no sistema de categorização de gênero baseado no órgão sexual, que possuem características hormonais e físicas que dificultam a categorização de sexo/gênero.

Assexual: Pessoas que não possuem interesse sexual.

Não-Binário: Pessoa que não pertence aos gêneros binários, podendo se identificar com mais de um gênero, ou com nenhum gênero.

Dissidente de gênero: Possível tradução para o termo queer. Também representa indivíduos com identidades que não se encaixam no modelo cishéteronormativo.

Nome Social: Nome pelo qual pessoas transgêneras e travestis se identificam e preferem ser chamadas. É o nome que reflete sua identidade de gênero, que pode ser diferente do nome de registro civil.